



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**



MAIANE DA SILVA SANTOS

**REFLEXÕES ACERCA DO CENÁRIO DAS MATRÍCULAS EM CRECHES E PRÉ-
ESCOLAS EM MUNICÍPIOS DO PIAUÍ**

**PARNAÍBA
2025**

MAIANE DA SILVA SANTOS

**REFLEXÕES ACERCA DO CENÁRIO DAS MATRÍCULAS EM CRECHES E PRÉ-
ESCOLAS EM MUNICÍPIOS DO PIAUÍ**

Monografia apresentada à banca examinadora
como requisito parcial para obtenção do título de
graduado(a) em Pedagogia pela Universidade
Estadual do Piauí, sob a orientação da Profª Drª
Fabricia Pereira Teles.

PARNAÍBA

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

S237r Santos, Maiane da Silva.

Reflexões acerca do cenário das matrículas em creches e pré-escolas em municípios do Piauí / Maiane da Silva Santos. - 2025.
80 f.: il.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí-UESPI,
Licenciatura em Pedagogia, Campus Prof. Alexandre Alves de
Oliveira, Parnaíba-PI, 2025.

"Orientadora: Prof.* Dra. Fabricia Pereira Teles".

1. Educação Infantil. 2. Creches. 3. Pré-escolas. 4. Plano
Nacional de Educação. 5. Políticas Públicas. I. Teles, Fabricia
Pereira . II. Título.

CDD 372.21

MAIANE DA SILVA SANTOS

**REFLEXÕES ACERCA DO CENÁRIO DAS MATRÍCULAS EM CRECHES E PRÉ-
ESCOLAS EM MUNICÍPIOS DO PIAUÍ**

Monografia apresentada à banca examinadora
como requisito parcial para obtenção do título de
graduado(a) em Pedagogia pela Universidade
Estadual do Piauí, sob a orientação da Profª Drª
Fabricia Pereira Teles.

Aprovado em: 11 / 06 / 2025

**Profª. Dra. Fabricia Pereira Teles - UESPI
Orientadora**

**Prof. Dra. Samara de Oliveira Silva -UESPI
Examinador Interno**

**Profa. MsC. Maria Estely Rodrigues Teles -UFSCar
Examinador Externo**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que através da minha fé me fez forte e perseverante para que eu conseguisse chegar até ao fim, apesar dos inúmeros percalços que enfrentei até aqui. Dedico também ao meu avô Bernardo Santos, pessoa que eu amava profundamente que infelizmente já não se encontra entre nós, mas tinha o sonho de me ver formada e sempre me incentivou a estudar e a quem eu sempre irei lembrar com carinho e admiração. Dedico também à minha mãe “Fransquinha” que sempre acreditou junto comigo nos meus sonhos e esteve em todos os momentos da minha vida lutando incansavelmente para que eu pudesse realiza-los.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem Ele nada seria possível. Com fé e determinação, consegui superar cada obstáculo desta jornada de quatro anos e meio de curso.

Agradeço profundamente à minha mãe, “Fransquinha” e à minha irmã, Tatiane, que sempre me apoiaram e torceram para que eu realizasse mais essa conquista em minha vida, assim como aos meus demais irmãos.

Minha gratidão ao meu esposo, Belmiro, que esteve ao meu lado em todos os momentos dessa caminhada, apoiando-me incondicionalmente e sempre me incentivando a seguir firme e nunca desistir.

Sou grata imensamente à minha querida orientadora, Fabrícia Pereira Teles, por todos os ensinamentos e dedicação, que foram fundamentais para que eu desenvolvesse um bom trabalho. Tenho profunda admiração pela excelente profissional e pela pessoa de coração tão atencioso que é.

Agradeço profundamente às minhas colegas de curso que se tornaram grandes amigas: Fernanda, Gisela, Maria Médices e Iasmim. Por todos os momentos especiais que dividimos, pelas ricas experiências e pelo apoio mútuo, seja com uma palavra de incentivo, na hora das dúvidas ou apenas rindo das “pérolas” que vivemos nesses quatro anos juntas, sempre almejando o mesmo objetivo: a nossa tão sonhada formatura. Esses momentos ficarão eternamente guardados em meu coração.

Não poderia deixar de agradecer a essa turma maravilhosa da qual tive a honra de fazer parte. Guardarei com carinho os lindos momentos e as experiências que compartilhamos. Sentirei saudades.

Agradeço também a cada professor que tive o prazer de conhecer durante o curso. Muito obrigada pelas trocas de conhecimentos, pela atenção e pelo carinho com nossa turma. Vocês foram essenciais na construção do nosso saber.

Meus sinceros agradecimentos a todos.

Que a criança corra, se divirta, caia cem
vezes por dia, tanto melhor, aprenderá mais
cedo a se levantar.

Jean Jacques Rousseau

RESUMO

Este trabalho analisa a oferta de matrículas em creches e pré-escolas nos municípios de Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes, Murici dos Portelas, Assunção do Piauí, Campo Maior e Cabeceiras, que estão nos Territórios de Desenvolvimento Planície Litorânea e Carnaubais, no Piauí. A pesquisa busca verificar se esses municípios cumprem as regras da Constituição Federal de 1988 sobre Educação Infantil como um direito e as metas do Plano Nacional de Educação (PNE). O objetivo principal é analisar a oferta de matrículas em creches e pré-escolas nos municípios piauienses conforme a lei e o PNE. Entre os objetivos específicos estão: identificar o número de instituições que oferecem atendimento; e analisa, por meio dos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, as taxas de matrícula ao longo dos anos. A pesquisa usa uma abordagem quali-quantitativa, combinando análise de dados e interpretação qualitativa sobre os desafios enfrentados. A coleta de dados foi feita com censos educacionais de órgãos como o INEP e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além de documentos dos Planos Municipais de Educação. Foram analisados dados de matrículas dos anos de 2014, 2015, 2019 e 2024. Os resultados mostram avanços, mas os municípios ainda enfrentam dificuldades para atender à demanda, especialmente para crianças de 0 a 3 anos. A pesquisa concluiu que houve progresso de expansão limitado na Educação Infantil no Piauí e que ainda existem muitos desafios a serem superados. É necessário mais esforço dos governos para ampliar a oferta de vagas e garantir os direitos educacionais das crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil; Creches; Pré-escolas; Plano Nacional de Educação; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This paper analyses enrolment in nurseries and kindergartens in the municipalities of Bom Princípio's State of Piauí, Buriti dos Lopes, Murici dos Portelas, Assunção do Piauí, Campo Maior and Cabeceiras, which are part of the Coastal Plain and Carnaubais Development territories in Piauí. The study seeks to verify whether these municipalities comply with the rules of the 1988 Federal Constitution on early childhood education as a right and the goals of the National Education Plan (NEP). The main objective is to assess whether there are places in nurseries and kindergartens as required by law and whether there is a demand for more places. The specific objectives include identifying the number of institutions providing care and analysing enrolment rates over the years using NIESR (National Institute for Educational Studies and Research) data. The research uses a qualitative-quantitative approach, combining data analysis and qualitative interpretation of the challenges faced. The data was collected using educational censuses from organizations such as NIESR and BGSI (Brazilian Geography and Statistics Institute), as well as documents from the Municipal Education Plans. Registration data for the years 2014, 2015, 2019 and 2024 were analyzed. The results show progress, but municipalities still face difficulties in meeting demand, especially for children aged 0 to 3. The study concludes that there has been limited progress in early childhood education in Piauí and that there are still many challenges to overcome. More government effort is needed to expand the supply of places and guarantee children's educational rights.

Keywords: Early Childhood Education; Nurseries; Kindergartens; National Education Plan; Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Plataforma do IBGE por Cidades	20
Figura 2 – Plataforma do Inep	21
Figura 3 – Site da Fundação Abrinq	21
Figura 4 - Mapa da Divisão Territorial em Planície	22
Figura 5 - As quatro macrorregiões do Piauí	23
Figura 6 - Território de Desenvolvimento do Piauí	24
Figura 7- Território de Desenvolvimento da Planície Litorânea	25
Figura 8 - Território de Desenvolvimento Carnaubais	25
Figura 9 - Mapa de Bom Princípio	27
Figura 10 - Mapa de Buriti dos Lopes	27
Figura 11- Mapa de Murici dos Portelas	28
Figura 12- Mapa de Assunção do Piauí	29
Figura 13- Mapa de Cabeceiras do Piauí	30
Figura 14- Mapa de Campo Maior	31
Figura 15 - Evolução do número de escolas – creche - Bom Princípio	42
Figura 16 - Evolução do número de escolas – Pré-escola - Bom Princípio	43
Figura 17 - Percentual de localização creche	44
Figura 18 - Percentual de localização Pré-escola	44
Figura 19 - Evolução do número de escolas-Creches-Buriti dos Lopes	44
Figura 20 - Evolução do número de escolas-Pré-escola-Buriti dos Lopes	45
Figura 21 - Percentual de localização creche	46
Figura 22 - Percentual de localização Pré-escola	46
Figura 23 - Evolução do número de escolas- creche- Murici dos Portelas	47
Figura 24 - Evolução do número de escolas-Pré-escola- Murici dos Portelas	47
Figura 25 - Percentual de localização creche	48
Figura 26 - Percentual de localização pré-escola	48
Figura 27 - Evolução do número de escolas- creche- Assunção do Piauí	49

Figura 28 - Evolução do número de escolas-Pré-escola- Assunção do Piauí	50
Figura 29 - Percentual de localização creche	51
Figura 30 - Percentual de localização pré-escola	51
Figura 31 - Evolução do número de escolas- creche- Cabeceiras do Piauí	52
Figura 32 - Evolução do número de escolas-Pré-escola- Cabeceiras	52
Figura 33 - Percentual de localização creche	53
Figura 34 - Percentual de localização pré-escola	53
Figura 35 - Evolução do número de escolas- creche- Campo Maior	54
Figura 36 - Evolução do número de escolas-Pré-escola- Campo Maior	55
Figura 37 - Percentual de localização creche	56
Figura 38 - Percentual de localização pré-escola	56

LISTA DE SIGLAS

CF- Constituição Federal

CEPRO- Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PME- Plano Municipal de Educação

PNE- Plano Nacional de Educação

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Números de matrículas nos municípios Planície Litorânea	56
Quadro 02- Números de matrículas nos municípios do Território Carnaubais	58
Quadro 03- Taxa de matrícula líquida em creches dos PMEs da Planície Litorânea...	61
Quadro 04- Taxa de matrícula líquida em pré-escolas dos PMEs da Planície litorânea.....	62
Quadro 05- Taxa de matrícula líquida em creches dos PMEs do TD Carnaubais	63
Quadro 06- Taxa de matrícula líquida em pré-escola dos PMEs do TD Carnaubais...	64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CAMINHOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO	17
1.1 Tipo de pesquisa	17
1.2 Procedimentos	18
1.3 Contexto da pesquisa	22
1.4 Caracterização dos municípios do território de desenvolvimento planície litorânea.	27
1.5 Caracterização dos municípios do território de desenvolvimento Carnaubais.	29
1.6 Técnica de análise dos dados	32
1.7 Eixos de análise.....	33
1.7.1 Território de Desenvolvimento da Planície Litorânea	34
1.7.2 Território de Desenvolvimento de Carnaubais.....	34
2 REFERENCIAL TEÓRICO	35
2.1 A construção do conceito de infância e criança.....	35
2.2 Políticas públicas como garantia de direitos na Educação Infantil.....	41
3 DISCUSSÃO DOS RESUTADOS	44
3.1 Número de Instituições que ofertam creches e pré-escola no Territórios Planície Litorânea	44
3.2 Número de Instituições que ofertam creches e pré-escola no Território de Desenvolvimento de Carnaubais.....	51
3.3 Número de matrículas da Educação Infantil dos Municípios do Território de desenvolvimento Planície Litorânea.....	58
3.4 Número de matrículas da Educação Infantil dos Municípios do Território de Desenvolvimento de Carnaubais.....	60
3.5 Apreciação do cumprimento das metas instituídas por PMEs frente ao que determina o PNE.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS.....	71

INTRODUÇÃO

No Brasil, as políticas públicas no campo educacional configuram ações que buscam garantir uma educação de qualidade para toda a sociedade. Contudo, ainda hoje continua-se vivenciando lutas constantes para que efetivamente esses direitos sejam garantidos e protegidos pela Constituição Federal (CF) de 1988 e por suas leis complementares.

De acordo com o art. 6º da Constituição Federal (1988), a educação é um direito social e, portanto, deve ser garantido. Para isso, é necessário que o Estado oferte vagas para a educação em todas as faixas etárias descritas e que a União, Estados e Municípios, em regime de colaboração, se encarreguem de organizar os sistemas de ensino para atender todas as demandas da sociedade, como prevê o art. 211 da CF (1988).

Desse modo, pesquisar esses direitos e sua implementação no estado do Piauí tornou-se uma grande necessidade para a presente pesquisa, por tratar de informações de cunho social; por envolver educação e direitos humanos que são intransferíveis, e as condições em que se encontram tais direitos, o que torna esse processo de reflexão pertinente para a produção de conhecimento com a intenção de entender como as políticas públicas atuam na área da educação piauiense.

Sendo assim, esse trabalho procurou fazer uma explanação acerca da situação das matrículas em creches e pré-escolas em três municípios da região do Território de Desenvolvimento Planície Litorânea¹, os quais são Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes e Murici dos Portelas, e três municípios do Território de Desenvolvimento dos Carnaubais, sendo eles: Assunção do Piauí, Campo Maior e Cabeceiras. Essa proposta de estudo fez parte da pesquisa de Iniciação Científica, vinculada ao Programa PIBIC junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí – FAPEPI, realizada de 2022 à 2024.

Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar se os municípios piauienses, em especial três municípios pertencentes ao Território da

¹ Litorânea: relativa ou pertencente ao litoral; situada junto ao mar. DICIO. Significado de litorâneo. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/litoraneo/>. Acesso em: 1 maio 2025.

Planície Litorânea e três do Território de Desenvolvimento dos Carnaubais, estão ofertando matrículas em creches e pré-escolas conforme previsto em lei, bem como avaliar a demanda pela ampliação dessa oferta, conforme estipulado pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

Os objetivos específicos do estudo estão pautados em averiguar o quantitativo de Instituições de Educação Infantil que ofertam atendimento em creches e pré-escolas nos municípios pesquisados. Além de descrever, por meio de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, a taxa de matrículas nessas localidades e a situação da demanda desses registros quanto ao progresso ou declínio de matrículas que são realizadas nessas localidades. A ideia é compreender se o direito à educação infantil está sendo resguardado nos municípios citados; verificar se os municípios cumpriram as metas e estratégias instituídas pelos seus Planos Municipais de Educação frente ao que determina o PNE.

De acordo com a LEI N° 13.005/2014, o PNE estabelece a universalização até 2016 da Educação Infantil na pré-escola para crianças de 4 anos a 5 anos de idade e que seria ampliada a oferta para atendimento em creches de 50% até o final da vigência do Plano Nacional estabelecido.

A investigação adotou uma abordagem quali-quantitativa, integrando métodos qualitativos e quantitativos por meio da análise de dados censitários e de materiais relevantes à pesquisa. Foram coletadas informações referentes aos anos de 2014, 2015, 2019 e 2024, correspondentes, respectivamente, ao período anterior à implementação dos Planos Municipais de Educação (PMEs), ao ano de sua implantação, ao intervalo de cinco anos após sua execução e ao ano de encerramento do Plano Nacional de Educação (PNE). A análise contemplou os planos municipais de educação dos municípios pertencentes aos Territórios de Desenvolvimento da Planície Litorânea e dos Carnaubais.

Dessa forma, a pesquisa é categorizada como documental, pois foram utilizados dados estatísticos coletados de páginas de órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e também de instituições independentes como os da Fundação Abrinq. Ademais, a pesquisa emprega relevantes recursos bibliográficos na área educacional infantil, com ênfase no livro

"Educação Infantil: fundamentos e métodos", de Zilda de Moraes Ramos de Oliveira, o que se tornou primordial para a compreensão do assunto pesquisado. Essa proposta de estudo fez parte da pesquisa de Iniciação Científica, vinculada ao Programa PIBIC, junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí – FAPEPI, realizada no ano de 2022 até 2024.

No que concerne à estrutura da monografia, ela está dividida em três seções. Na primeira seção, descreveu-se os caminhos metodológicos que foram utilizados para alcançar os objetivos propostos por esse estudo, apresentação da pergunta que motivou essa pesquisa, delineamento da pesquisa, os municípios pesquisados e os procedimentos de coleta e análise de dados.

Na segunda seção, tratou-se da explanação do referencial teórico, abordando o contexto histórico da educação infantil no Brasil, expondo conceitos importantes como criança, infância e educação infantil, bem como contextualizar o trajeto que percorreu a institucionalização das creches e pré-escolas até a contemporaneidade, as leis que tratam da educação infantil no contexto brasileiro e a forma como as políticas públicas educacionais são implementadas na região piauiense.

Na terceira seção, foram apresentados e analisados os resultados obtidos durante a pesquisa, à luz do referencial teórico adotado. A pesquisa foi finalizada com as considerações finais, nas quais se sintetizam os principais achados e reflexões do estudo.

SEÇÃO I

1 CAMINHOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

Esta seção inicia com a apresentação da metodologia utilizada para a realização desse estudo. Sendo assim, a pesquisa iniciou através da abordagem quali-quantitativa, além do uso de procedimentos da pesquisa bibliográfica e documental. Os dados fornecidos para esse trabalho foram expostos em formas de figuras e quadros. Por meio deles é possível observar o processo das matrículas dos municípios do Território de Desenvolvimento Planície Litorânea e Carnaubais durante o recorte temporal dos anos de 2014, 2015, 2019 e 2024, focando na taxa de matrículas avaliando avanços, estagnação ou declínio na creche e pré-escola para crianças de 0 a 5 anos de idade.

1.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa adotou uma abordagem mista, articulando métodos quantitativos e qualitativos, além da análise de documentos oficiais e textos bibliográficos. O objetivo foi compreender a evolução das taxas de matrícula nos municípios dos Territórios de Desenvolvimento da Planície Litorânea e dos Carnaubais, com base nos dados dos anos de 2014, que antecede a implementação dos Planos Municipais de Educação; 2015, ano em que foram implementados; 2019, marco de cinco anos após a execução; e 2024, ano de encerramento do Plano Nacional de Educação.

Os estudos quantitativos enfatizam o ato de medir e de analisar as relações causais entre variáveis e não em processos. Aqueles que propõem esses estudos consideram elementos quantificáveis. Isto é, o objetivo da pesquisa é analisar fenômenos a partir de quantificações, realizada normalmente por meio de ferramentas estatísticas. Portanto, mais adequada em questões de generalizações e amostragem amplas de um determinado assunto.

Dessa forma, a análise quantitativa foi utilizada para mensurar a variação da taxa de matrículas ao longo do período estudado. De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013), a pesquisa quantitativa permite a coleta de dados objetivos e mensuráveis, possibilitando análises estatísticas que favorecem a identificação de

padrões e tendências. Para isso, foram coletados dados numéricos provenientes de fontes oficiais, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Fundação Abrinq.

Portanto, houve a necessidade de pesquisar dados estatísticos por se tratar de uma pesquisa que buscou dados numéricos sobre o montante de matrículas municipais de algumas cidades da região litorânea piauiense e de carnaubais. A finalidade foi fazer comparações acerca das matrículas em períodos distintos, o que se tornou cabível para o avanço deste estudo considerando os tipos de pesquisas até aqui realizados.

Desse modo, para potencializar a checagem dos dados obtidos, bem como chegar à conclusão de como anda a situação dessas matrículas na região estudada, os dados quantitativos tornaram-se essenciais. Sendo organizados em tabelas e gráficos, possibilitando a identificação de padrões, tendências e variações na taxa de matrículas.

De acordo com a abordagem escolhida para a realização dessa pesquisa, Ludke e André (1989, p. 11) afirmam que “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”, ou seja, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo e é o pesquisador que realiza as interpretações necessárias para dar significado nas suas teorias.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa foi um complemento significativo para a análise quantitativa ao permitir a interpretação dos fatores que influenciaram nas taxas de matrículas nas creches dos municípios referente a região da planície litorânea e de Carnaubais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca compreender a realidade a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, considerando seus contextos e significados. Para isso, foram realizadas análises de documentos governamentais sobre políticas públicas para a educação infantil, bem como livros e artigos que tratam da mesma temática.

1.2 Procedimentos

O procedimento adotado para este estudo é de natureza bibliográfica, descritiva. A pesquisa bibliográfica, foca nas concepções educacionais que embasaram a proposta da abordagem do tema deste estudo, permitindo que, a partir do confronto do conteúdo literário que já existe acerca do referido assunto possa a vir a analisar o conteúdo confirmado a relevância do tema em pauta nesta pesquisa.

Os estudos que partiram da pesquisa bibliográfica que analisaram obras e artigos que focavam em investigar os principais conceitos de infância, criança, o surgimento da creche e da Educação Infantil no Brasil, bem como as leis que protegem os direitos das crianças e a forma como as instituições estão atuando para garantir os direitos sociais da permanência dos infantes nas instituições de ensino.

Gil (2002, p. 44) explica que:

[...] A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Dessa forma, é necessário que se entenda que revisão bibliográfica não é uma “[...] mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem” (Lakatos; Marconi, 2013, p. 183), mas sim um novo olhar para aquele estudo contribuindo para o enriquecimento do assunto com novas teorias e abordagens que propiciem novas formas de pesquisar.

Sendo assim, utilizou os métodos da pesquisa de forma mista por meio de estudos bibliográficos, realizando levantamentos qualitativos e quantitativos cruciais para o desenrolar desse estudo, pois o tornou mais claro e objetivo.

Segundo método de pesquisas, Creswell (2007, p. 34-35) discute:

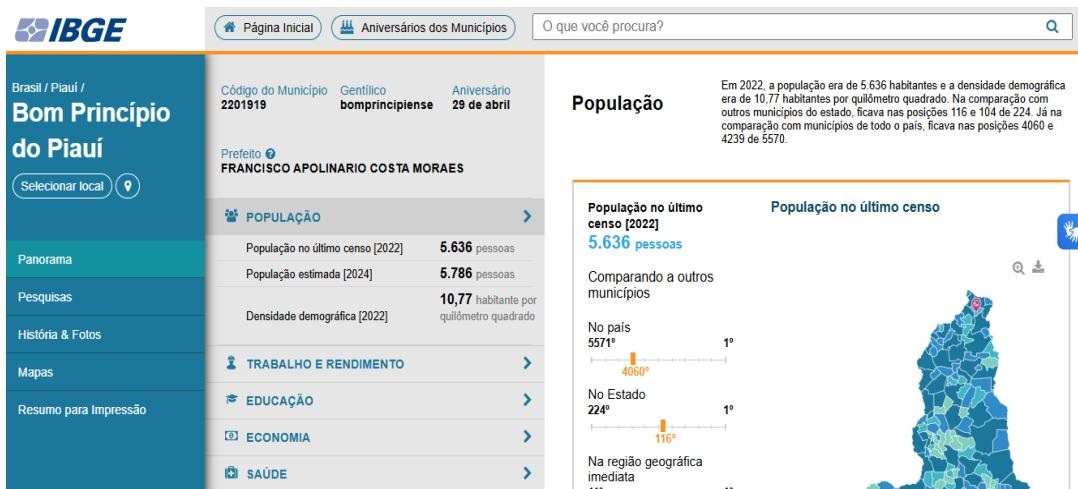
Os métodos mistos combinam os métodos predeterminados das pesquisas quantitativas com métodos emergentes das qualitativas, assim como questões abertas e fechadas, com formas múltiplas de dados contemplando todas as possibilidades, incluindo análises estatísticas e análises textuais [...]. No método misto, o pesquisador baseia a investigação supondo que a coleta de diversos tipos de dados garanta um entendimento melhor do problema pesquisado.

Ou seja, a partir da coleta é que o entendimento do problema pesquisado se torna mais claro para que o estudioso consiga interpretar os possíveis cenários investigados que foram encontrados e assim fazer suas análises e tirar suas conclusões interpretações.

Sendo assim, a pesquisa buscou relacionar a taxa de matrículas em creches e pré-escolas, analisando se os municípios estão seguindo a meta 1 para atingir os indicadores 1A para universalização da pré-escola e 1B para ampliar a oferta da creche em até 50%, bem como faz-se uma breve análise das políticas públicas voltadas para o setor educacional infantil da região.

Como instrumento de coletas de dados para a realização desse estudo, obtiveram-se dados fornecidos por diferentes fontes, como sites oficiais do governo, site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e Fundação Abrinq que trata-se de uma organização sem fins lucrativos cujo objetivo é mobilizar a sociedade em defesa dos direitos e do exercício da cidadania de crianças e adolescentes, por meio de ações, programas e projetos, além de incentivar o fortalecimento de políticas públicas voltadas à infância e à adolescência.

Figura 1- Plataforma do IBGE por Cidades.



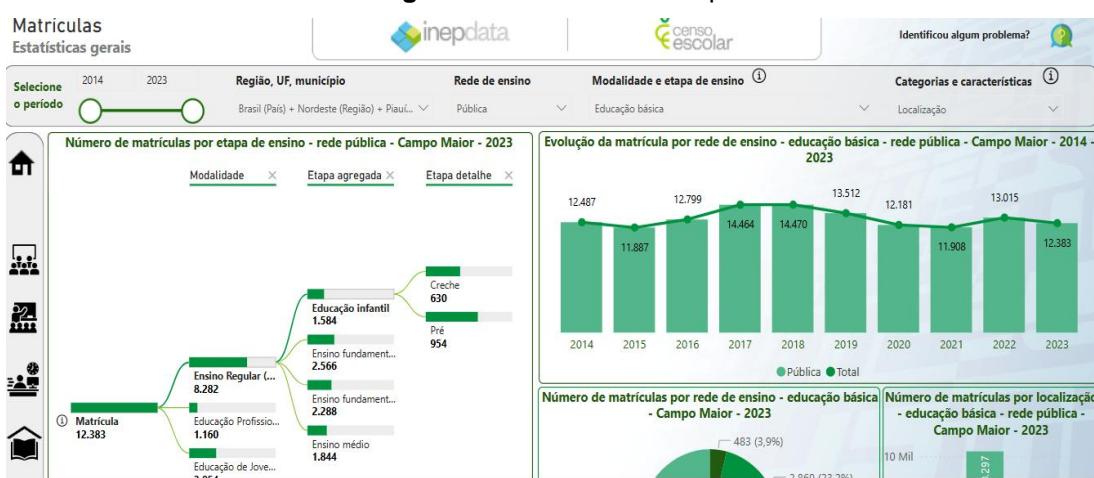
Fonte: IBGE, 2025.

A figura 1 acima mostra a primeira fonte de pesquisa para o estudo, pois através dela obtivemos a maioria dos dados censitários do estado do Piauí. Bem como dos

municípios, sobretudo quanto aos números da população e os indicadores socioeconômicos e educacionais.

A figura abaixo mostra o portal do INEP, uma das principais fontes que foi utilizado para a pesquisa documental, ela consistiu na análise de documentos institucionais e dos órgãos governamentais que tratam da educação infantil, principalmente no que tange as taxas de matrículas dos municípios piauienses.

Figura 2- Plataforma do Inep



Fonte: Inep, 2025.

Assim como a plataforma do INEP foi fundamental para a realização deste estudo, a Fundação Abrinq também desempenhou papel essencial, fornecendo os dados referentes às taxas líquidas de matrícula. Esses dados foram utilizados para avaliar o percentual do indicador relacionado à Meta 1 dos Planos Municipais de Educação (PMEs). Conforme destaca a Fundação Abrinq (2023), “a coleta e análise das taxas líquidas de matrícula são fundamentais para a formulação de políticas educacionais efetivas e para o acompanhamento do cumprimento das metas de educação infantil”.

Essa ênfase no monitoramento contínuo reforça a necessidade de ações articuladas entre diferentes níveis de governo e instituições, a fim de garantir a universalização do direito à educação para as crianças brasileiras. Dessa forma, o uso combinado dos dados do INEP e da Fundação Abrinq contribui para uma base sólida e confiável, que orienta decisões estratégicas e políticas públicas mais eficazes no âmbito da educação infantil.

Figura 3 - Site da Fundação Abrinq



Fonte: Fundação Abrinq, 2025.

Sendo assim, os dados coletados foram analisados utilizando métodos estatísticos para a abordagem quantitativa e técnicas de análise de conteúdo para os dados qualitativos. A triangulação dos resultados permitiu uma compreensão mais ampla do tema estudado, conforme destaca Flick (2009), possibilitando a formulação de sugestões para políticas educacionais que possam melhorar o acesso à creche em nas regiões do estado do Piauí.

1.3 Contexto da pesquisa

A pesquisa desenvolvida focou em dois Territórios de desenvolvimento piauienses, que foram a Planície Litorânea e o Território de Desenvolvimento de Carnaubais, sendo três municípios de cada região, explanados logo abaixo.

Antes de relatar as informações de cada município foi pertinente para essa pesquisa fazer um breve esboço sobre o estado do Piauí.

Figura 4 - Mapa de Divisão Territorial em Planície



Fonte: IBGE,2025.

Dessa forma, o Estado do Piauí foco central desse estudo fica localizado no Nordeste do país. Situa-se no encontro do Meio Norte com o Sertão, e tem na pecuária bovina uma de suas principais atividades econômicas. A capital do estado é Teresina, o município mais populoso do estado. No total, o Piauí possui 3.271.199 habitantes (IBGE, 2022).

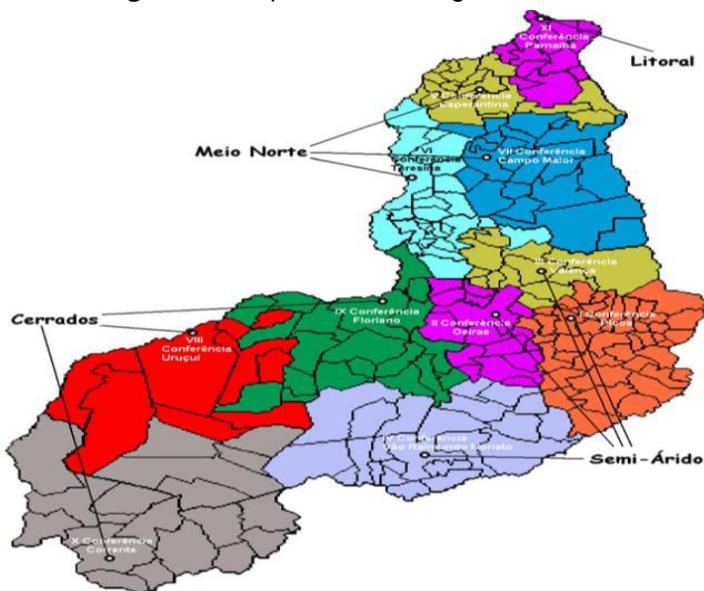
Dois tipos climáticos predominam no estado, sendo eles: o tropical e o semiárido. Três domínios vegetais cobrem o território piauiense: Mata dos Cocais, Caatinga e Cerrado. Com uma extensão territorial de aproximadamente 251 mil km², é o terceiro maior estado da região, superado apenas pela Bahia e pelo Maranhão.

Os municípios que foram utilizados para essa pesquisa foram abordados logo abaixo assim como a característica de cada região. A explanação sobre cada região foi dividida em duas categorias. A primeira expõe a região do Território Planície Litorânea e a segunda contemplou o Território de carnaubais.

A distribuição do Piauí é realizada em 12 Territórios de Desenvolvimento, cada área possui suas características próprias locais, envolvendo ambiente, clima, cultura, educação e economia como está disposto na Fundação Centro de Pesquisas e Sociais do Piauí (CEPES).

Conforme a Fundação CEPRO (2007, p. 7), o Piauí divide-se em quatro (04) macrorregiões que são: Litoral, Meio-norte, Semiárido e Cerrado, onde os limites se definem pelas suas características socioambientais. Tais regiões estão subdivididas em doze (12) Territórios de Desenvolvimento (TDs) e 28 Aglomerados, segundo a Lei atualizada de nº 6.967/2017, como destaca a imagem do mapa abaixo.

Figura 5- As quatro macrorregiões do Piauí



Fonte: Fundação CEPRO, 2025.

Sendo assim, o Piauí possui macrorregiões e Territórios de Desenvolvimento, nos quais são áreas estruturadas de acordo com a Lei Nº 6. 967/2017, que modifica a legislação anterior, a Lei Complementar nº 87 de 22 de agosto de 2007. Determina ainda no §5º de seu conteúdo, que Territórios de Desenvolvimento são áreas socialmente estruturadas, que são formadas por um conjunto de municípios, que possuem uma identidade histórica e cultural, patrimônio natural, dinâmicas e relações econômicas, com organização que constitua as principais unidades de planejamento das ações governamentais (Lei Nº 6. 967/2007). Portanto, cada município possui suas especificidades assim bem como suas características culturais, além de sua forma de desenvolvimento como pode acompanhar na imagem abaixo.

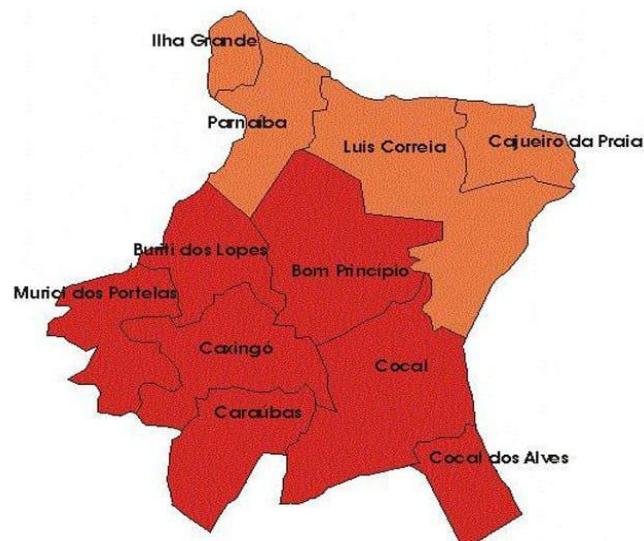
Figura 6- Territórios de Desenvolvimento do Piauí



Fonte: Fundação CEPRO, 2017.

Analisando a organização do território pesquisado, demonstrado pela figura 6, foram distribuídos três municípios do Território Planície Litorânea e do Território Carnaubais e analisados os Planos municipais de Educação referentes a meta 1 do PNE que concerne na ampliação da oferta de creches e pré-escolas. Dessa forma, o Território da Planície Litorânea compreende 11 localidades, mas para fins desse estudo foram utilizados 3 municípios, a saber: Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes e Murici dos Portelas.

Figura 7- Território de Desenvolvimento da Planície Litorânea



Fonte: Fundação CEPRO, 2017.

O Território de Desenvolvimento Carnaubais fica situado no centro-norte do Piauí e possui 16 cidades. Para a realização dessa pesquisa foi selecionado apenas 3 localidades, sendo elas Assunção do Piauí, Cabeceiras e Campo Maior.

Figura 8 - Território de Desenvolvimento de Carnaubais



Fonte: Fundação CEPRO, 2017.

No que diz respeito aos dados educacionais fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Iddeb) referente ao ano de 2023 indicou uma média de 5,9 nos anos iniciais do ensino fundamental. Esse resultado está aquém da meta estipulada para o período, que era de 6,0, evidenciando a necessidade de aprimoramento das políticas educacionais para alcançar os objetivos estabelecidos.

Dessa forma, a pesquisa esteve focada na meta 1 estabelecida pelo Plano Nacional de Educação e nos Planos Municipais de Educação visando se os municípios estavam tentando cumprir com as metas estabelecidas pela Lei Nº 13.005/2014 onde diz em seu Art. 8º que:

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei (Brasil, 2014).

Diante disso, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios elaborariam no prazo de 1 ano seus próprios planos de educação espelhados no Plano Nacional e

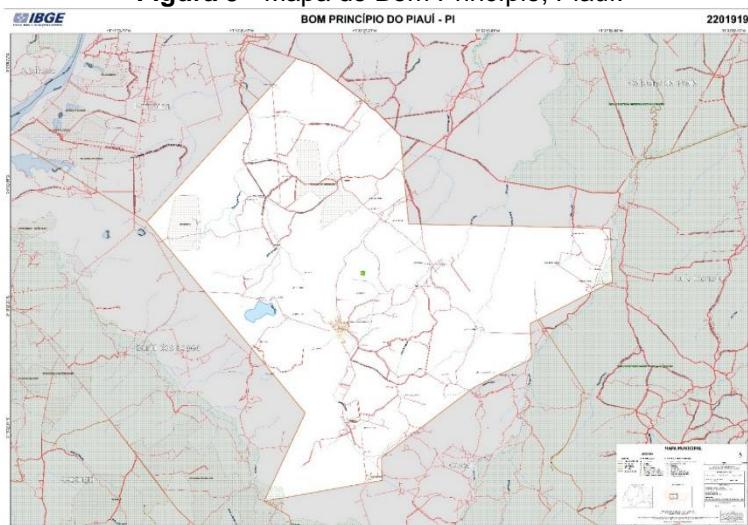
adequando as diretrizes, metas e estratégias traçadas pelo PNE e fossem cumpridas no prazo de 10 anos. Dessa forma, o estudo focou em analisar como estava a implementação da meta 1 nos municípios do Território Planície Litorânea, bem como no Território de Carnaubais abarcando os anos de 2014, 2015, 2019 e 2024 para entender como estava a situação organizacional das matrículas das creches e pré-escolas e as metas propostas pelo PMEs.

A seguir, serão explanados cada município dessa pesquisa, discorrendo acerca de suas características de desenvolvimento populacional.

1.4 Caracterização dos municípios do território de desenvolvimento planície litorânea.

- **Bom Princípio do Piauí**

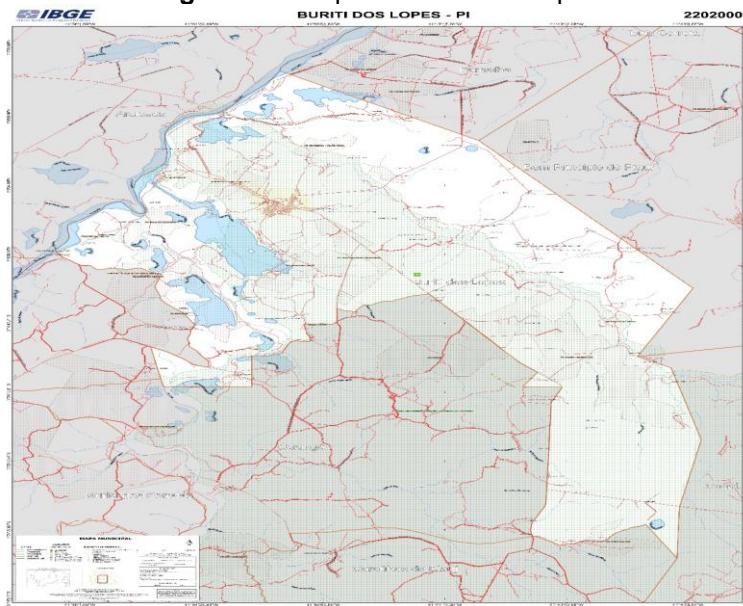
Figura 9 - Mapa de Bom Princípio, Piauí.



Fonte: IBGE, 2025.

O município de Bom Princípio do Piauí, é uma região com população de 5.630 habitantes de acordo com o último senso realizado. Acidade é vizinha dos municípios de Cocal, Buriti dos Lopes e Caxias e situa-se a 33 km ao sul-leste de Luís Correia,compreendendo uma área de 860 km. A sede municipal tem as coordenadas geográficas de 03°11'21" de altitude Sul e 41° 38'42" de Longitude e dista cerca de 288km de Teresina capital do Piauí. O município foi criado pela Lei 4.477 de 29/04/1992.

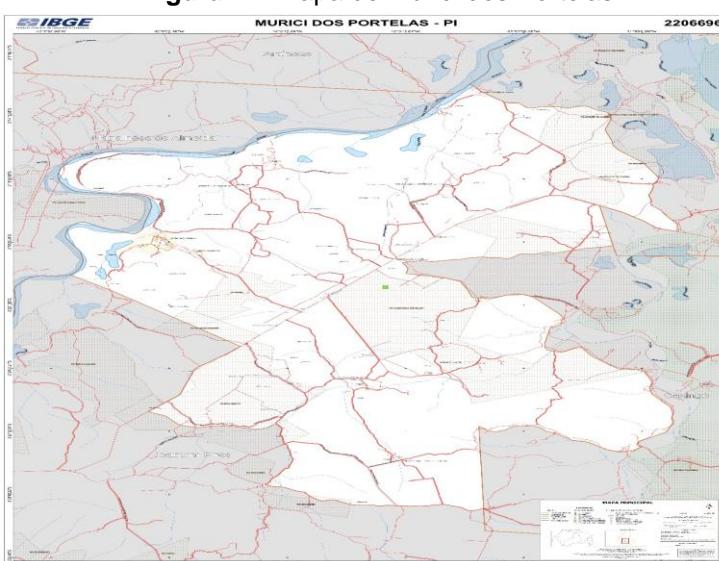
- **Buriti dos Lopes**

Figura 10 - Mapa de Buriti dos Lopes

Fonte: IBGE, 2025.

O município de Buriti dos Lopes é uma cidade do Estado do Piauí, que se estende por 691,2 km² e contava com 19.781 habitantes no último censo de 2022. A densidade demográfica é de 28,6 habitantes por km² no território do município se situa a 32 km a Sul-Oeste de Parnaíba, a maior cidade nos arredores. Buriti dos Lopes faz fronteira com os municípios de Bom Princípio do Piauí, Parnaíba e Caxingó. O município conta com trinta e uma escolas municipais, sendo seis estaduais e duas privadas.

- **Murici dos Portelas**

Figura 11- Mapa de Murici dos Portelas

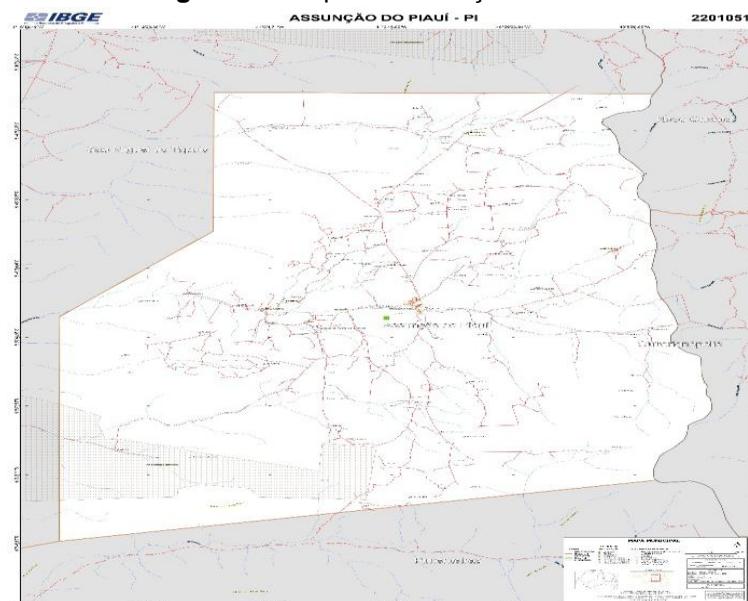
Fonte: IBGE, 2025.

O município de Murici dos Portelas se estende por 481,7 km² e contava com 9 159 habitantes no último censo de 2022. A densidade demográfica é de 19 habitantes por km² no território do município. É vizinho dos municípios de Magalhães de Almeida, Buriti dos Lopes e Caxingó e Murici dos Portelas, e situa-se a 34 km a Norte-Leste de Luzilândia a maior cidade nos arredores do município. De acordo com a Lei Estadual 4.810, de 14 de dezembro de 1995, o local foi elevado à categoria de regiões e municípios, sendo, portanto, separado dos municípios de Esperantina, Buriti dos Lopes e Joaquim Pires.

1.5 Caracterização dos municípios do território de desenvolvimento Carnaubais.

- **Município de Assunção do Piauí**

Figura 12: Mapa de Assunção do Piauí



Fonte: IBGE,2025

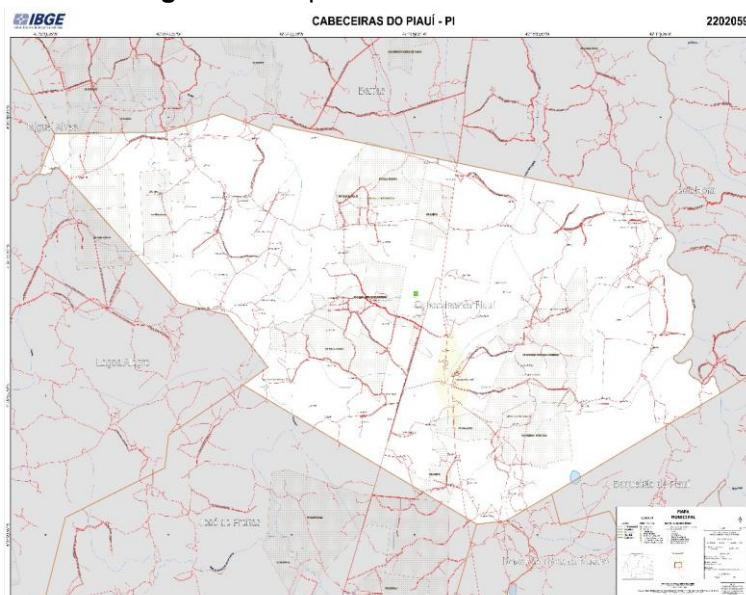
A localidade foi elevada à categoria de município e distrito com a denominação de Assunção do Piauí, conforme o artigo 35º, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual de 5 de outubro de 1989. Seu topônimo, área territorial e limites foram estabelecidos pela Lei Estadual nº 4.680, de 26 de janeiro de 1994, sendo desmembrada do município de São Miguel do Tapuio. A sede está situada no atual distrito de Assunção do Piauí, anteriormente povoado

com o mesmo nome. O distrito sede foi instalado em 1º de janeiro de 1997, conforme a divisão territorial datada de 15 de julho de 1997, e o município permaneceu nessa configuração na divisão territorial de 2005.

Em 2022, a população era de 7.452 habitantes e a densidade demográfica era de 4,41 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 83 e 178 de 224. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 3528 e 5001 de 5570.

• Cabeceiras do Piauí

Figura 13- Mapa de Cabeceiras do Piauí



Fonte: IBGE, 2025.

O município de Cabeceiras do Piauí foi elevado à categoria de município e distrito conforme o artigo 35º, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual do Piauí, promulgada em 5 de outubro de 1989. A criação do município foi regulamentada pela Lei Estadual nº 4.477, de 29 de abril de 1992, com a definição de sua denominação, área territorial e limites, sendo desmembrado do município de Barras.

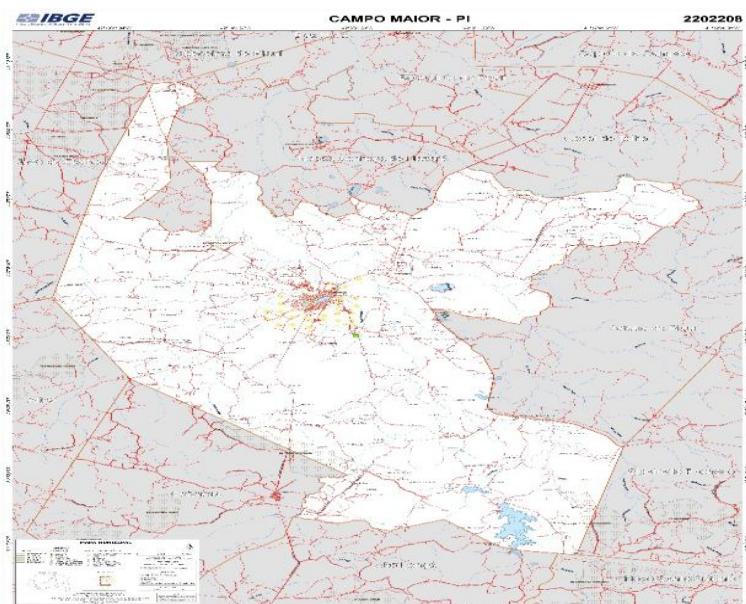
A sede municipal localiza-se no atual distrito de Cabeceiras do Piauí, antigo povoado de Cabeceiras. O município foi oficialmente instalado em 1º de janeiro de 1993 e, segundo a divisão territorial datada de 1º de junho de 1995, é composto

apenas pelo distrito sede, configuração que se manteve inalterada até a divisão territorial de 2005.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população de Cabeceiras do Piauí era de 10.212 habitantes, com uma densidade demográfica de 16,78 habitantes por quilômetro quadrado. No contexto estadual, o município ocupava a 62^a posição em população e a 61^a em densidade demográfica entre os 224 municípios do Piauí. No panorama nacional, encontrava-se nas posições 3.042 e 3.580, respectivamente, entre os 5.570 municípios brasileiros.

- **Campo Maior**

Figura 14- Mapa de campo maior



Fonte: IBGE, 2025.

Distrito criado com a denominação de Campo Maior, anteriormente em 1757. Ele foi elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Campo Maior, por carta Régia de 19 de junho de 1761. Sede na povoação de Santo Antônio de Surubim e instalado em 08-08-1762. Foi elevado uma segunda vez à categoria de município com a mesma denominação de Campo Maior, pelo Decreto Estadual nº 1, de 28-12-1889. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído do distrito sede.

Possui uma população segundo o último censo realizado em 2022, de 45.793 habitantes e a densidade demográfica era de 27,24 habitantes por quilômetro

quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 9 e 35 de 224. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 709 e 2546 de 5570.

1.6 Técnica de análise dos dados

Para a realização de Técnicas de análise de dados desse estudo predominou-se a análise do conteúdo, uma explanação metodológica discutida por Laurence Bardin em sua obra *Análise de Conteúdo* (1977). Nesse livro afirma que “a análise do conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações” (Bardin, 1977, p.31), ou seja, são procedimentos que são utilizados para analisar como se dá a comunicação entre as mais variadas formas existentes para explicar de forma objetiva, sistemática e quantitativa o conteúdo explorado afim de interpreta-lo.

Ainda de acordo com Bardin (1977, p. 33), “parece difícil definir a análise de conteúdo a partir do seu território, pois, à primeira vista, tudo o que é comunicação (e até significação) parece suscetível de análise”. Diante de sua amplitude, torna-se complexo conceituar a análise de conteúdo, uma vez que até ela mesma pode ser objeto de análise, como forma de se chegar a uma definição mais precisa.

A análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (1977), é um conjunto de técnicas metodológicas que visa interpretar de forma objetiva e sistemática o conteúdo das comunicações, sejam elas textuais, visuais ou verbais. Essa metodologia permite que se extraiam significados implícitos ou explícitos nos materiais analisados, possibilitando a identificação de padrões, regularidades, contradições e categorias temáticas que emergem dos dados.

A aplicação da análise de conteúdo neste estudo justificou-se pela necessidade de examinar documentos oficiais — como os Planos Municipais de Educação (PMEs) e dados estatísticos — com o intuito de compreender como os municípios analisados têm estruturado suas ações em relação à oferta de matrículas na educação infantil. Por meio da categorização e da interpretação sistemática dos dados, foi possível identificar tendências, lacunas e avanços nas políticas públicas voltadas à educação básica, especialmente nos Territórios de Desenvolvimento da Planície Litorânea e dos Carnaubais.

Seguindo as etapas clássicas da análise de conteúdo — pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados — o estudo promoveu uma leitura flutuante dos documentos, selecionou unidades de registro (palavras, trechos, expressões) e agrupou essas unidades em categorias temáticas. Essas categorias foram, então, confrontadas com os objetivos da pesquisa e com o referencial teórico, a fim de produzir uma interpretação fundamentada e coerente com o campo de estudo.

Assim, a análise de conteúdo não apenas auxiliou na organização dos dados, mas também possibilitou uma leitura crítica da realidade educacional nos territórios pesquisados, contribuindo para evidenciar se e como os municípios vêm cumprindo as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente no que tange à ampliação do acesso à creche e à pré-escola.

Bardin (1977, p.34) também aborda que “a análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo) é um método empírico, dependente do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende”. Então, existem muitas formas de interpretar um mesmo assunto e muitas dessas interpretações são feitas a partir da análise de outras pesquisas no qual se busca fazer novas apreciações do assunto pesquisado para expor os dados que foram encontrados.

A fase de organização é um período de aproximações com o objeto do tema, que visa tornar operacionais as ideias iniciais. O objetivo é criar um esquema claro para o desenvolvimento das operações. É importante estabelecer um programa que seja flexível, permitindo novas introduções durante a análise, mas que também seja preciso. Dessa forma, seguindo Bardin (1977), foi realizado a escolha dos textos bibliográficos e documentos dos municípios centrais desse estudo que foram analisados, logo depois foram realizadas as coletas de dados que foram obtidas através de pesquisas, principalmente nos sites oficiais do governo e fundação Abrinq, seguido da elaboração de tabelas que ajudaram a fundamentar a interpretação final.

1.7 Eixos de análise

Com o intuito de organizar e sistematizar a análise dos dados deste estudo, foram definidos dois eixos principais: o Território de Desenvolvimento da Planície Litorânea e o Território de Desenvolvimento de Carnaubais. Esses recortes territoriais constituem categorias fundamentais para a compreensão e a problematização da

Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE), que trata da ampliação da oferta da educação infantil, especialmente na etapa de creche.

De acordo com Severino (2007), a delimitação de eixos de análise contribui para a clareza metodológica e a consistência dos resultados, uma vez que permite o aprofundamento temático a partir de critérios previamente estabelecidos. A seguir, serão apresentados os eixos com os respectivos temas investigados.

1.7.1 Território de Desenvolvimento da Planície Litorânea

- Quantitativo de instituições que ofertam atendimento em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 3 anos em municípios do Estado do Piauí;
- Taxas de matrícula na Educação Infantil;
- Indicadores referentes à Meta 1 dos Planos Municipais de Educação deste território.

1.7.2 Território de Desenvolvimento de Carnaubais

- Quantitativo de instituições que ofertam atendimento em creches e pré-escolas para crianças de 0 a 3 anos em municípios do Estado do Piauí;
- Taxas de matrícula na Educação Infantil
- Indicadores referentes à Meta 1 dos Planos Municipais de Educação deste território.

A análise desses dados será desenvolvida na seção Discussão dos Resultados, considerando as particularidades de cada território e seus avanços ou desafios em relação ao cumprimento das metas estabelecidas pelo PNE.

SEÇÃO II

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são discutidas algumas abordagens teóricas acerca do universo da criança, infância e sua inserção na educação, bem como a garantia dos seus direitos. Buscando corresponder aos objetivos propostos por este estudo, são abordadas as seguintes temáticas: A construção do conceito de infância e criança; e Políticas públicas como garantia de direitos na Educação Infantil.

2.1 A construção do conceito de infância e criança

A noção de infância é um conceito fundamental nesta pesquisa, especialmente por seu caráter histórico e socialmente construído. Conforme Philippe Ariès (1981), a ideia de infância nem sempre existiu tal como a compreendemos hoje. Durante a Idade Média, por exemplo, a criança era vista como um “adulto em miniatura”, e somente a partir dos séculos XVII e XVIII é que a infância passou a ser reconhecida como uma fase distinta do desenvolvimento humano, merecedora de atenção, cuidado e proteção. Segundo o dicionário Oxford Languages (2017), “a infância é o período do desenvolvimento do ser humano, que vai do seu nascimento ao início da adolescência”. Nesse estágio, as crianças iniciam um processo de descobertas e construção de significados sobre o mundo ao seu redor.

Para Kramer, (1996, p. 19):

A ideia de infância não existiu sempre e da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e O papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação nas formas de organização da sociedade.

De acordo com o exposto, a concepção de infância tinha uma visão completamente distinta da atual. Ela emergiu apenas quando a sociedade capitalista urbana industrial alterou a maneira como as crianças eram tratadas na sociedade e

nas comunidades onde estavam inseridas, no século XVIII. Antes, tratavam-nas como adultos. Isso confirmava o elevado índice de mortalidade infantil, pois uma criança não tem a capacidade de suportar sobrecargas como um adulto, necessitando de cuidados e proteção.

Durante muito tempo, a criança não era reconhecida como tal, sendo frequentemente vítima de abusos e tratada como um adulto em miniatura, que agia e se comportava da mesma forma. Não recebia proteção nem carinho, pois as pessoas desconheciam como lidar com esses seres tão pequenos.

A concepção de criança passou a ser reformulada ao longo do tempo, sendo definida pelo Dicionário Júnior da Língua Portuguesa em 1996, como “um indivíduo de tenra idade” (Matos, 1996, p. 142). Em outras palavras, ela passou a ser caracterizada como uma pessoa jovem, ao contrário dos adultos, necessitando de atenção e proteção.

Com base nas Diretrizes Curriculares (2010), a criança, além de ter direitos, ela tem história, e pode tanto contribuir quanto aprender por meio das interações e das brincadeiras, que podem também desenvolver os sentidos, percepção, produzir cultura e identidade através do convívio. Dessa forma, hoje a criança é detentora de direitos que as asseguram, pois elas também fazem parte da sociedade, produzem cultura e aprendem por meio da convivência com outras crianças e adultos. Por isso, historicamente e socialmente, se deve respeitar e conservar a elas esses direitos, pois nem sempre foi assim.

Com a ascensão do capitalismo urbano industrial, tornou-se imprescindível criar espaços para acolher as crianças enquanto suas mães se dedicavam ao trabalho. Essa mudança fez com que a sociedade começasse a enxergar a infância como uma fase que exige atenção e cuidado. Contudo, os locais destinados a esse propósito eram, na maior parte, assistenciais, sem a visão de serem ambientes voltados para o aprendizado e o desenvolvimento das crianças.

Conforme Oliveira (2013), no Brasil, só foi percebida a relevância da infância após a abolição da escravidão no século XIX. Com a mudança para as metrópoles, houve progresso cultural e tecnológico, resultando na Proclamação da República como forma de governo. Durante esse período, surgiram iniciativas para proteger a infância, devido às elevadas taxas de mortalidade infantil, resultando na criação de

organizações de apoio. Com essa pequena transformação, surgiram locais que mantinham as crianças, mesmo que a sua função fosse só de assistência, assim muitas mães podiam trabalhar, pois esses espaços acolhiam, proporcionando o básico para sua estadia.

De acordo com Oliveira (2013), no final do século XIX, os primeiros Jardins de Infância foram instituídos no Rio de Janeiro e em São Paulo, inicialmente sob a responsabilidade de instituições privadas e, posteriormente, também de órgãos públicos, atendendo principalmente crianças das classes mais abastadas. Em 1882, Rui Barbosa — importante jurista, político e educador brasileiro — propôs uma reforma educacional que destacava a proteção à infância e estabelecia distinções claras entre asilos, escolas infantis e jardins de infância. Ele defendia um atendimento benevolente e humanizado às crianças menos favorecidas.

Oliveira (2013) afirma ainda que, em 1885, no Rio de Janeiro, a escolaridade era vista com desconfiança, comparada às salas de asilos franceses. A exposição precoce das crianças ao ambiente escolar era considerada prejudicial, sendo permitida apenas para filhos de mães que precisavam trabalhar nas fábricas.

O estudo de Oliveira (2013) destaca que, em 1889, houve transformações ideológicas que levaram à criação de instituições, tanto privadas quanto governamentais, voltadas para a assistência à infância, como o Instituto de Proteção e Assistência à Infância e o Departamento da Criança. Nesse contexto, surgiram jardins de infância e escolas, muitas delas fundadas por imigrantes europeus para atender aos seus filhos. Em 1908, foi inaugurada a primeira creche em Belo Horizonte, seguida, no ano seguinte, pela primeira creche municipal do Rio de Janeiro. Entre 1921 e 1924, o Brasil presenciou um aumento significativo no número de creches e pré-escolas, conforme indicam as pesquisas realizadas na época.

Oliveira (2013) expõe que educadores brasileiros foram influenciados pelo Movimento das Escolas Novas, o que levou à fundação da Associação Brasileira de Educação, em 1924. A publicação do livro de Lourenço Filho, em 1929, e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, foram importantes marcos na divulgação e defesa das novas concepções educacionais no Brasil.

Vale ressaltar que nesse período houve grandes debates sobre a renovação educacional, com destaque para a educação pré-escolar como base do sistema

escolar. No entanto, as mudanças beneficiaram principalmente crianças de classe alta.

Outrossim, Oliveira (2013) ressalta que foram inúmeras as lutas pela democratização da escola pública, junto com pressões de movimentos feministas e sociais, que resultaram na inclusão do direito à educação em creches e pré-escolas na Constituição de 1988. O Estado deve garantir o atendimento às crianças de zero a seis anos, cumprindo seu dever com a educação.

O desafio de hoje é como a educação infantil pode atuar como base de ensino, sem ser vista apenas pela perspectiva assistencialista que costumava ser, e grande parte desse olhar advém da realidade, instituições que apresentam diferentes formas metodológicas e dos diversos problemas sociais e contextos em que se encontra o Brasil.

De acordo com Oliveira (2013, p.32):

A problemática social que tem sido evocada para justificar o atendimento a crianças pequenas fora da família deve hoje merecer outro tratamento. Creches e pré-escolas não devem nem substituir a família nem antecipar práticas tradicionais de escolarização. Apesar de reconhecermos que, quando mantidas pelo poder público, elas são responsáveis por fornecer alimentação e estimulação especial para populações infantis em situação de desigualdade de recursos, além de constituírem importantes mecanismos para garantir a igualdade de acesso ao mercado de trabalho por homens e mulheres, há muitos outros programas fundamentais para as famílias pertencentes às camadas populares que devem ser desenvolvidos pelas políticas públicas.

Diante do exposto, observa-se que a problemática social no Brasil é evidente. Considerar creches e pré-escolas apenas como locais para que as famílias deixem seus filhos enquanto trabalham revela uma visão equivocada sobre a finalidade desses espaços. Embora essas instituições sejam mantidas pelo poder público, seu foco principal deve estar no desenvolvimento educacional das crianças.

Conforme Didonet (2001, p.12):

A consolidação e a expansão da creche como instituição de cuidados à criança estão associadas também à transformação da família, de extensa para nuclear. Naquela época, muitas pessoas podiam ocupar-se dos cuidados com a criança pequena: avó, tia, primos, irmãos maiores. Nessa, ao sair para o trabalho, os pais têm que deixar sua filha, seu filho recém-nascido ou ainda bebê, sozinho. Mortalidade infantil elevada, desnutrição generalizada e acidentes domésticos passaram a chamar a atenção e

despertar sentimentos de piedade e solidariedade de religiosos, empresários, educadores [...].

Como mostra o exposto, a visão que se tinha da creche era apenas de assistência para as famílias pobres, que não tinham como prover seus filhos e precisavam trabalhar. Muitos deixavam os filhos sozinhos, o que demonstrava alto índice de mortalidade infantil, desnutrição e acidentes. Por conta desses acontecimentos, foi despertada pelas igrejas e a sociedade piedade por essas crianças, surgindo assim espaços que os acolhessem mesmo sem preparo.

De acordo com Rizzo (2000, p. 49), a partir da promulgação da Lei nº 9.394/1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o conceito e a função da creche foram redefinidos. A creche passou a ser entendida como “um ambiente especialmente criado para oferecer condições ótimas que propiciem e estimulem o desenvolvimento integral e harmonioso da criança sadia nos seus primeiros três anos de vida”. Assim, a creche deixou de ser considerada um espaço apenas para a guarda de crianças, assumindo uma nova perspectiva que valoriza o cuidado e a educação como ações essenciais e indissociáveis no desenvolvimento infantil.

Essa realidade se perpetuou por longos anos até se configurar no que temos hoje. Porém, com a mudança social e na política, pode-se vislumbrar um novo cenário para a educação, desde a etapa básica até a superior. Novos caminhos foram trilhados ao longo do tempo, marcando uma transformação significativa na forma como a creche comprehende e acolhe a infância.

Atualmente, o foco vai além do cuidado básico: prioriza-se o aprendizado, o desenvolvimento integral e o respeito às singularidades de cada criança. A creche se consolida como um espaço de construção de saberes, de vínculos afetivos e de cidadania desde os primeiros anos de vida.

Conforme Rizzo (2000, p. 80), a creche será peça fundamental para que as crianças tenham um espaço de aprendizado adequado às suas necessidades e cuidados, com profissionais qualificados que reconheçam em suas atividades esses aspectos importantes.

De acordo com a Revista E&S (2023), a creche é um ambiente que favorece o convívio social e realiza um trabalho de caráter educativo, garantindo à criança assistência, saúde, segurança e oportunidades de aprendizagem que estimulam a

autonomia e a criatividade. Conforme a Revista Appai Educar (2023), o papel da creche envolve estabelecer rotinas que incluem banho de sol, brincadeiras com água, contação de histórias, desenhos, jogos simbólicos e cuidados com alimentação e sono, tudo isso de forma planejada, mas com autonomia suficiente para que a criança se sinta à vontade para explorar e aprender.

Portanto, a atuação da creche exige profissionalismo e intencionalidade pedagógica, mesmo nas atividades mais simples do cotidiano, garantindo que cada momento contribua para o desenvolvimento pleno da criança, respeitando seu ritmo e suas necessidades.

A creche tem duas funções que devem andar juntas: permitir que as crianças brinquem e convivam com outras de diferentes idades, como fariam no quintal de casa, e, ao mesmo tempo, oferecer atividades que ajudem no aprendizado de forma divertida. Essas duas coisas não devem ser separadas, pois é brincando, interagindo e explorando o ambiente que as crianças aprendem, fazem descobertas e desenvolvem a mente.

Dessa forma, é preciso pensar em ambientes seguros e que tenham estrutura e profissionais capazes, especializados para trabalhar nesses locais, pois trabalhar com crianças requer atenção e cuidado. Sendo assim, é preciso que as creches sejam valorizadas tanto pelos políticos quanto pela sociedade e pela família. Vê-las como um local necessário para seus filhos é parte fundamental desse processo para que novos espaços adequados sejam viabilizados e que, além de direito, ele possa ser também obrigatório para os pequenos em desenvolvimento. Ademais, a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica.

Portanto, de acordo com a Constituição Federal (1988), é responsabilidade do Estado prover educação de qualidade para todas as crianças. É necessário destacar que as crianças precisam de atenção e cuidados, pois é o momento em que elas estão saindo do convívio familiar e ingressando na educação infantil, onde passam a conhecer um local novo no qual irão passar grande parte do seu dia, que é a escola ou creche.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu Art. 2º, estabelece que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996).

Dessa forma, a educação é vista não só como dever da família, mas também do Estado, com o objetivo de desenvolver no estudante seu pleno desenvolvimento, o que não é diferente do que se espera para a educação infantil, que visa desenvolver as habilidades físicas e sociais, cognitivas, motoras e emocionais da criança.

A LDB (9394/96) enfatiza também em seu art. 29º que: a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

De acordo com o exposto, a etapa da Educação Infantil é parte integrante da educação básica e, portanto, ela deve ser vista com a sua devida importância e os seus direitos devem ser assegurados. Para isso, têm-se as políticas públicas para garantir que esses direitos sejam efetivados.

2.2 Políticas públicas como garantia de direitos na Educação Infantil

Políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de ações e diretrizes formuladas pelo Estado com o objetivo de atender às necessidades da sociedade e garantir direitos fundamentais, como o acesso à educação. Segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 45), políticas públicas são “as decisões e ações do governo que visam a resolução de problemas públicos e a promoção do bem-estar social”. No contexto educacional, essas políticas são essenciais para assegurar a universalização do direito à educação e para enfrentar desafios estruturais, como as desigualdades sociais que afetam o acesso e a qualidade dos serviços educacionais no Brasil.

De acordo com a Revista Educação Pública (2021), as políticas nacionais na área da educação consistem em programas ou iniciativas desenvolvidas pelo governo para ajudar a concretizar os direitos apresentados na constituição federal. Um dos seus objetivos é implementar medidas que garantam o acesso à educação a todos os

cidadãos. Entre eles estão dispositivos que garantem educação para todos, avaliam e ajudam a melhorar a qualidade da educação no país.

Cabe ressaltar, como afirmam Paschoal e Brandão (2015), devido à Emenda Constitucional nº 59/2009, que determinou que a obrigatoriedade do ensino seria apenas dos quatro aos dezessete anos, até 2026, o que de certa forma prejudicou a oferta por creches, pois, através dessa exclusão, priorizou apenas a pré-escola, que, com sua obrigatoriedade, destaca sua importância educacional, tornando a creche algo facultativo para as crianças de zero a três anos e com menos relevância educacional, o que não é verídico, visto que a creche é tão necessária na vida das crianças.

Com base no exposto, Didonet (2009, p. 2) expõe que essa exclusão da creche dividiu a educação infantil e que a “relevância dos três primeiros anos de vida na formação das estruturas básicas que sustentam a aprendizagem ao longo da vida” é essencial para a formação plena da criança.

Outro fator interessante a mencionar nessa questão da creche e pré-escola são os recursos que são destinados para a educação infantil, visto que a pré-escola é obrigatória, ela torna-se prioridade no recebimento das verbas municipais, deixando assim a creche em segundo plano, ou seja, a educação infantil se distancia no que diz respeito ao direito de todas as crianças de zero a cinco anos.

Com base nesta definição, é importante avaliar criticamente a eficácia dessas políticas e planos educacionais, se estão de fato sendo implementados na educação infantil, para garantir sua expansão.

De acordo com Lemos (2011, s. p):

As creches hoje não são mais “exclusivas” para as crianças pobres e necessitadas, devem ser de fato e de direito de toda e qualquer criança, e sua função deve ir além dos cuidados e do assistencialismo, o que modifica também os seus objetivos, quando passa a ser também educativa e formadora. O direito das crianças e suas famílias ao atendimento nas creches passa ainda pela dificuldade de encontrar, nas instituições, o número de vagas suficientes. Na maioria das creches, a procura é grande, e a lista de espera por uma vaga é significativa.

A educação deve ser vista como parte essencial de uma nação, pois é por meio dela que um país consegue se desenvolver. Para que isso de fato aconteça, ela deve ser levada como prioridade e o estado deve promover condições necessárias para oferecê-la, dessa forma contribuindo para o bem-estar social e cultural.

Apesar de os planos serem cruciais para garantir o direito à educação, não significa que eles estão sendo realmente cumpridos, ou estão sendo efetivados como deveriam, justamente por isso que essa pesquisa se tornou tão necessária, visto a necessidade de monitoramento social e a avaliação para saber se essas leis estão sendo cumpridas da forma que é para ser.

SEÇÃO III

3 DISCUSSÃO DOS RESUTADOS

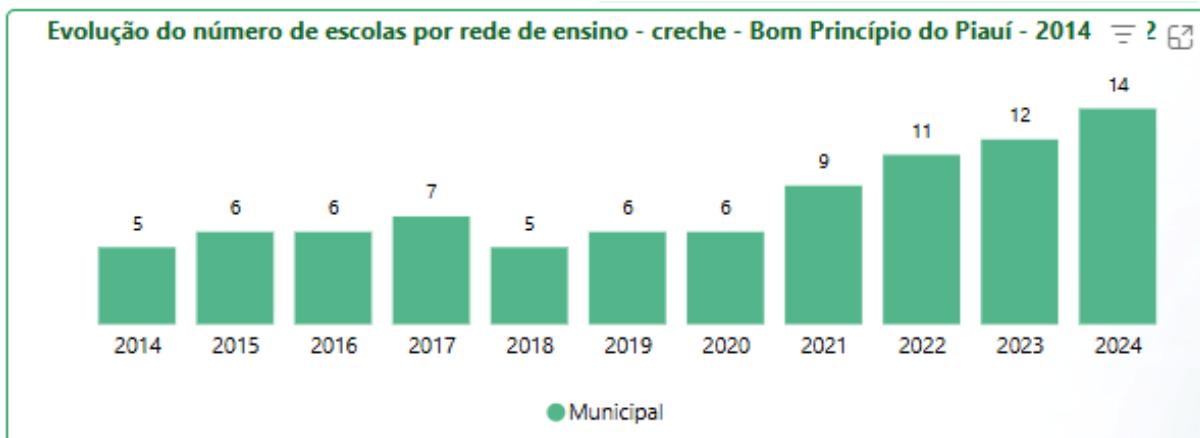
Esta seção apresenta os dados obtidos do quantitativo de Instituições de Educação Infantil que ofertam atendimento em creches e pré-escolas, a situação dos números de matrículas de crianças na creche e pré-escola quanto ao progresso, declínio ou estagnação e a análise dos indicadores da meta dos Planos Municipais de Educação frente ao Plano Nacional de Educação aprovado em 2014 (PNE). O estudo considerou três municípios do Território de desenvolvimento Planície Litorânea e três municípios do Território de Desenvolvimento de Carnaubais, ambos pertencentes ao estado do Piauí.

Para tanto, a análise se desenvolveu com os dados estáticos fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a fundação Abrinq.

3.1 Número de Instituições que ofertam creches e pré-escola não nos Territórios Planície Litorânea

Com relação ao número de instituições de ensino na região da Planície Litorânea que ofertam matrículas em creches e pré-escola, foi observado dados de 2014, 2015, 2019 e 2024 primeiramente do município de Bom Princípio. A Figura 15 apresenta dados extraídos da plataforma do INEP, evidenciando a evolução do número de escolas que oferecem atendimento em creches.

Figura 15- Evolução do número de escolas- creche-Bom Princípio

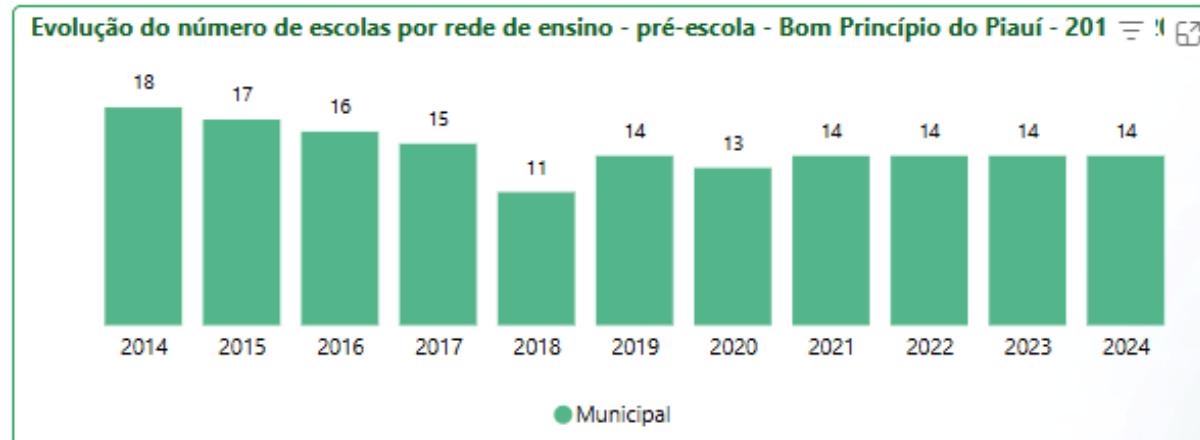


Fonte: INEP, 2025.

As pesquisas evidenciam que, nos anos de 2014 e 2015, apenas cinco (5) e seis (6) escolas, respectivamente, ofereciam atendimento à creche no município de Bom Princípio. Em 2019, esse número permaneceu estável, com 6 escolas atendendo crianças nessa etapa da educação infantil. Contudo, em 2024, observou-se uma evolução significativa, com 14 escolas passando a atender a uma demanda maior de crianças em creche.

Por conseguinte, a figura 16 ilustra a evolução do número de escolas que ofertam ensino na pré-escola em Bom Princípio.

Figura 16- Evolução do número de escolas- Pré-escola- Bom Princípio



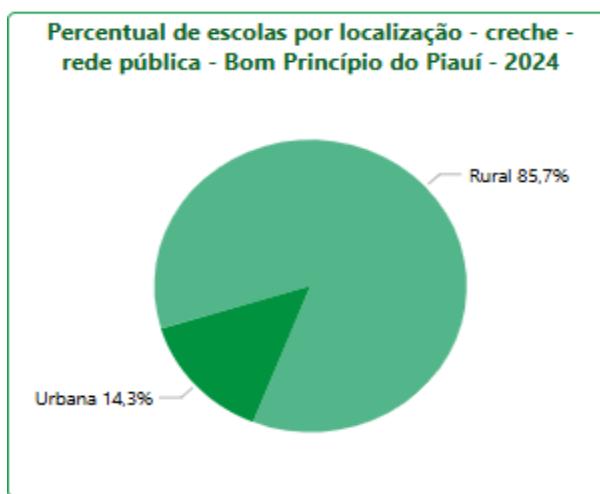
Fonte: INEP, 2025.

No que se refere à pré-escola, verificou-se que em 2014 e 2015 havia um número maior de instituições voltadas ao atendimento de crianças de 4 e 5 anos,

totalizando 18 e 17 escolas, respectivamente. No entanto, em 2019 e 2024, esse número reduziu para apenas 14 escolas, representando uma diminuição acentuada no número de instituições destinadas a essa faixa etária no município.

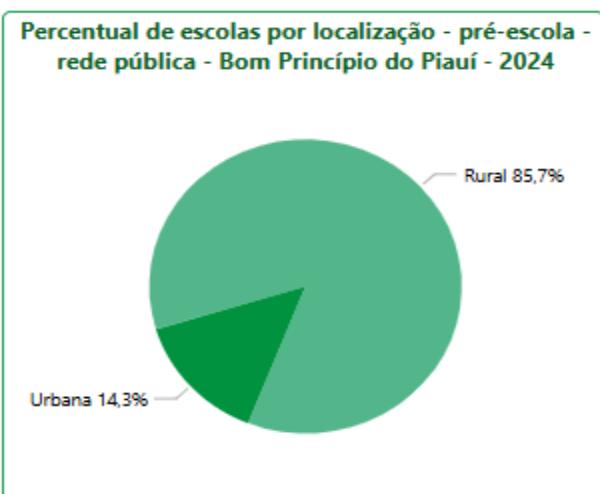
As Figuras 17 e 18 apresentam os percentuais de escolas que oferecem atendimento para crianças de 0 a 5 anos, destacando sua localização, seja em área urbana ou rural.

Figura 17- Percentual de localização em creche



Fonte: INEP, 2025.

Figura 18: Percentual de localização Pré-escola

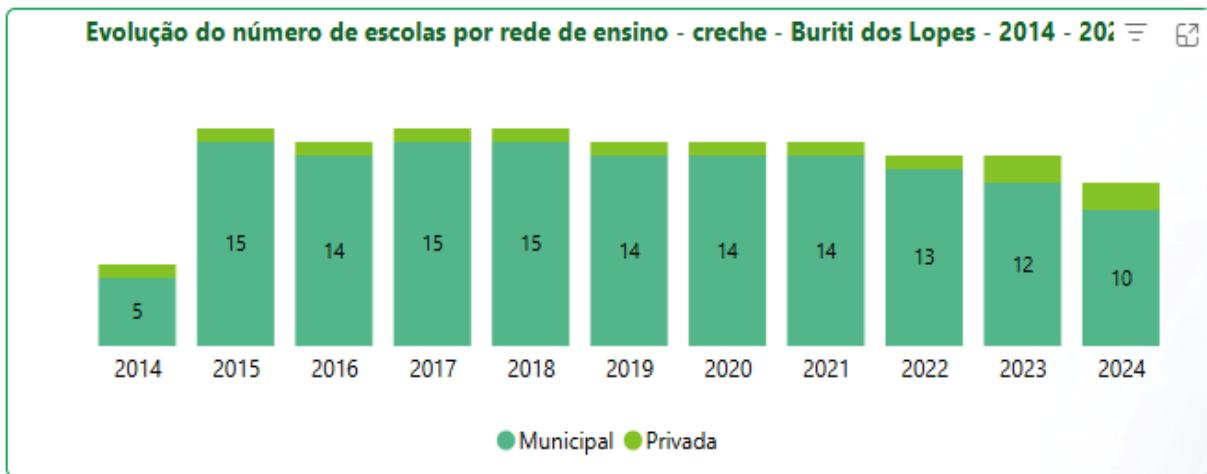


Fonte: INEP, 2025

De acordo com o INEP, a maior parte da localização das escolas estão concentradas na zona rural do município com um total de 12 instituições que corresponde a 85,71% como mostra a figura 3, na zona urbana há apenas 2 escolas que corresponde 14,3%. A pré-escola representada na figura 18 mostra a mesma estimativa percentual que a creche, isso fez refletir que as escolas que ofertam a creche na localidade são mesmas que atendem a pré-escola.

Na figura 19 estão os dados encontrados no próprio site da plataforma do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira com a evolução dos números de creches na cidade de Buriti dos Lopes focando nos anos de 2014, 2015, 2019 e 2024 sendo os anos recorte para esse trabalho.

Figura 19- Evolução do número de escolas-Creches-Buriti dos Lopes



Fonte: INEP, 2025.

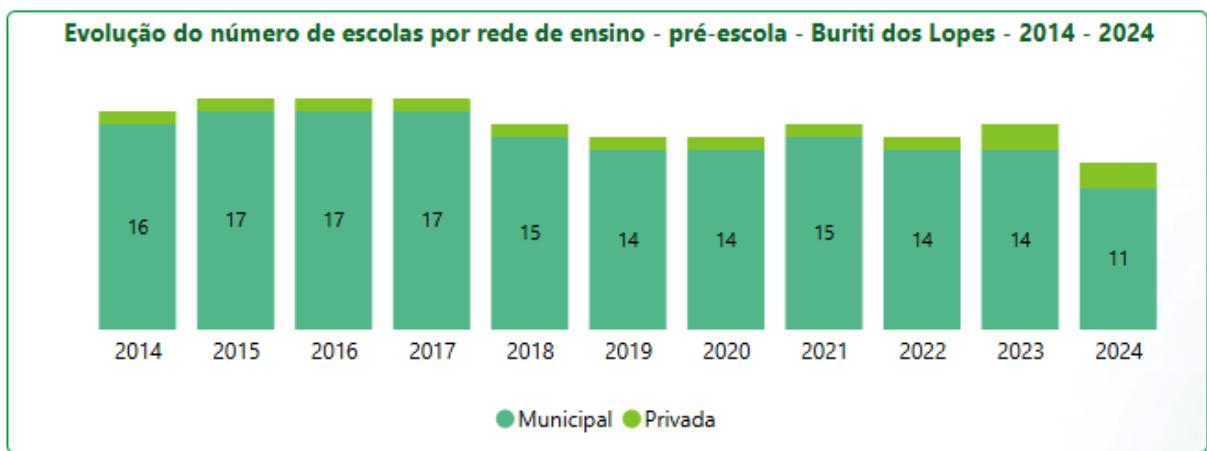
Analisando os dados da cidade de Buriti dos Lopes, concluímos que a creche em 2014 possuía apenas cinco escolas, que atendia a faixa etária de 0 a 3 anos, sendo quatro escolas municipais e uma escola privada. Em 2015, o número deu um salto para 15 escolas, sendo 14 instituições municipais e uma privada.

Esses números mostram a demanda por essas instituições e revelam o quanto realmente é importante para a população e para a sociedade que almejam desde cedo cuidar do desenvolvimento de suas crianças e buscam nas escolas esse direito de garantir locais seguros e apropriados para receber seus filhos.

Considerando ainda os dados da figura 19 se observa que em 2019 o número de escola para creche diminuiu para 14, sendo 13 escolas da rede municipal e 1 da rede privada, ou seja, uma escola deixou de atender a faixa etária da creche. E em 2024, esse número diminuiu significativamente para 10 instituições, destas oito escolas da rede municipal e duas da rede privada. Se nota que o número de escola privada subiu. Isso pode ser um dos motivos do declínio das escolas da rede municipal ter diminuído consideravelmente.

A Figura 20 apresenta a evolução do número de escolas que ofertam vagas para a pré-escola no município de Buriti dos Lopes, sendo importante observar os recortes dos anos de 2014, 2015, 2019 e 2024 foco da análise desse estudo

Figura 20- Evolução do número de escolas-Pré-escola-Buriti dos Lopes



Fonte: INEP, 2025.

Como se pode observar, a pré-escola, em 2014, na cidade de Buriti dos Lopes possuía 16 escolas que realizavam oferta para pré-escola e que esse número subiu para 17 em 2015, o que evidencia que a população procura por ofertas nessa faixa etária, dos 4 e 5 anos, como mostra o gráfico abaixo.

Observa-se que, no ano de 2019, o número de instituições de ensino no município voltou a diminuir, totalizando 14 unidades. Esse mesmo cenário se repetiu em 2024, quando o número de escolas que oferecem pré-escola caiu ainda mais, chegando a apenas 11 instituições. Esse dado chama atenção, pois evidencia uma tendência de redução no número de escolas na cidade, o que pode estar relacionado à queda nas taxas de natalidade na região.

As Figuras 21 e 22 ilustram a distribuição geográfica das escolas da rede pública municipal que ofertam atendimento em creche e pré-escola, respectivamente, destacando as áreas onde essas instituições estão concentradas.

Figura 21 - Percentual de localização creche

Percentual de escolas por localização - creche - rede pública - Buriti dos Lopes - 2024

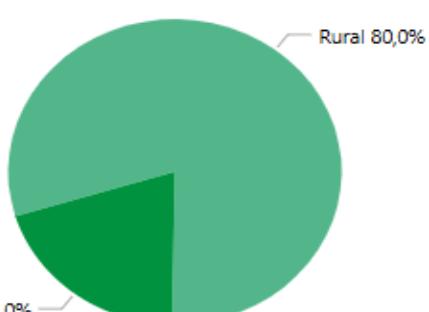
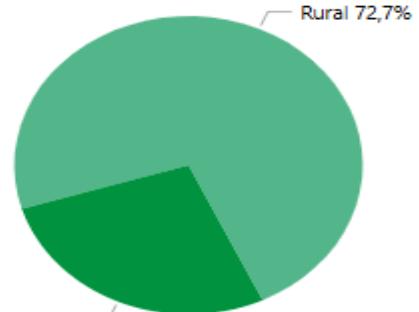


Figura 22- Percentual de localização Pré-escola

Percentual de escolas por localização - pré-escola - rede pública - Buriti dos Lopes - 2024



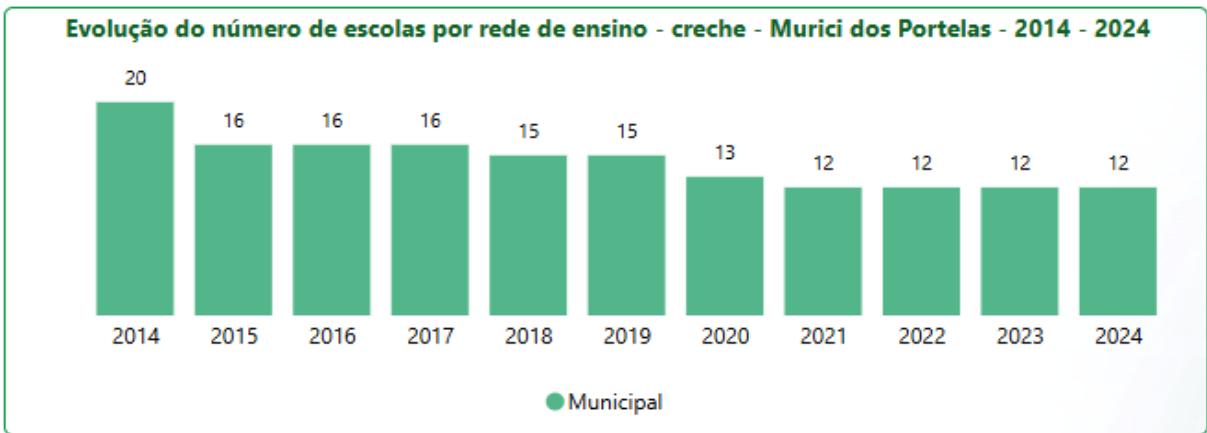
Fonte: INEP, 2025.

Fonte: INEP, 2025.

A maioria das escolas do município de Buriti dos Lopes está localizada na zona rural, representando 80% do total, enquanto apenas 20% estão situadas na zona urbana, conforme ilustrado nas figuras 23 e 24. Em relação à oferta da pré-escola, se verifica uma redução na zona rural, que passou a concentrar 72,7% das instituições voltadas para essa etapa da educação. Por outro lado, diferentemente do que ocorre com as creches, houve um aumento na proporção de escolas de pré-escola na zona urbana, alcançando 27,3%.

Nesse ponto do trabalho, a atenção se volta para as instituições educacionais do município de Murici dos Portelas, situado no estado do Piauí. A análise tem como base a Figura 23, que demonstra a evolução no número de escolas que ofertam atendimento em creche ao longo dos anos.

Figura 23- Evolução do número de escolas- creche- Murici dos Portelas

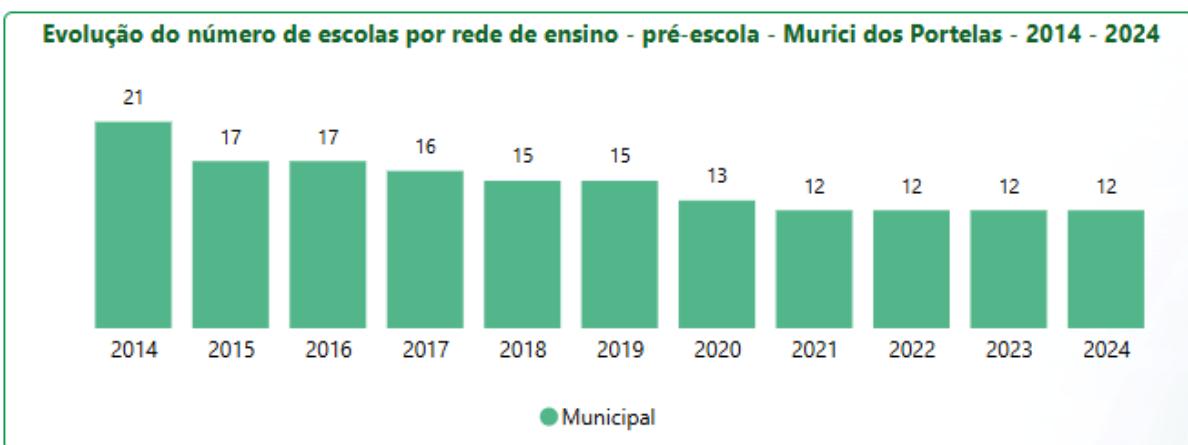


Fonte: INEP, 2025

No ano de 2014 as instituições que ofertavam a creche na cidade era um número significativo (maior), com um total de 20 instituições e que diminuiu para 16 no ano seguinte, 2015, e que segue caindo como em 2019 com 15 escolas e 2024 com apenas 12, esses dados mostram que a cidade não está conseguindo expandir as matrículas nessa faixa etária e que a causa não é o surgimento de escolas privadas, pois os dados apontam que na cidade não há escolas privadas que atendam esse público.

Posteriormente, a Figura 24 apresenta a evolução do número de escolas que ofertam a etapa da pré-escola no município de Murici dos Portelas. Os dados revelam como o atendimento às crianças de 4 a 5 anos tem se desenvolvido ao longo do tempo, permitindo observar tendências de retração da oferta educacional voltada para essa faixa etária.

Figura 24- Evolução do número de escolas-Pré-escola- Murici dos Portelas

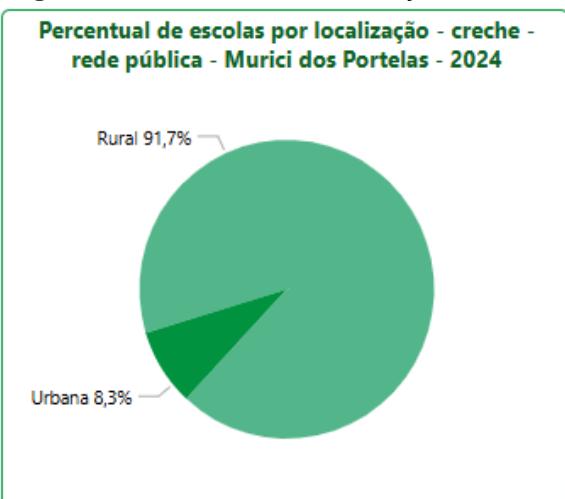


Fonte: INEP, 2025

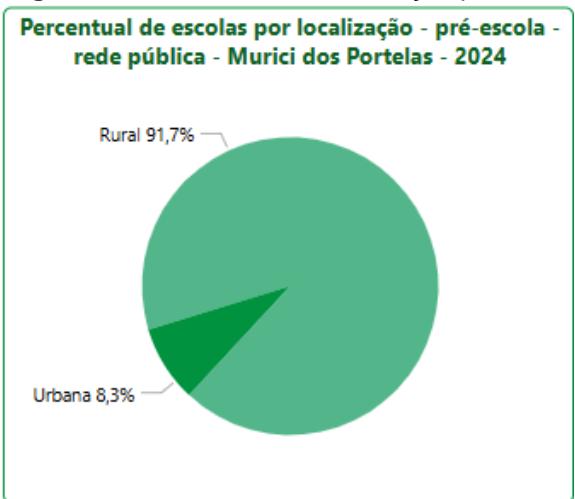
O número de escolas que ofertavam a pré-escola em 2014 era relativamente alto, totalizando 21 instituições. No entanto, os anos seguintes apresentaram uma queda significativa: em 2015, esse número caiu para 17; em 2019, para 15; e, em 2024, restavam apenas 12 escolas. Assim como ocorreu com as creches, o município não conseguiu manter a demanda registrada em anos anteriores, o que gera prejuízos significativos para as famílias com crianças em idade escolar.

Como destaca Kramer (2006, p. 15), “o acesso à educação infantil deve ser entendido como um direito social da criança e um dever do Estado, e não apenas como uma demanda das famílias”. Nesse sentido, a retração no número de escolas demonstra a necessidade urgente de políticas públicas que garantam a expansão e a permanência da oferta educacional para a primeira infância.

As Figuras 25 e 26 apresentam o percentual de localização das instituições que ofertam creche e pré-escola no município de Murici dos Portelas, distinguindo se estão situadas em áreas urbanas ou rurais. Essa análise espacial permite compreender a distribuição geográfica da educação infantil na rede pública municipal.

Figura 25- Percentual de localização creche

Fonte: INEP, 2025.

Figura 26 - Percentual de localização pré-

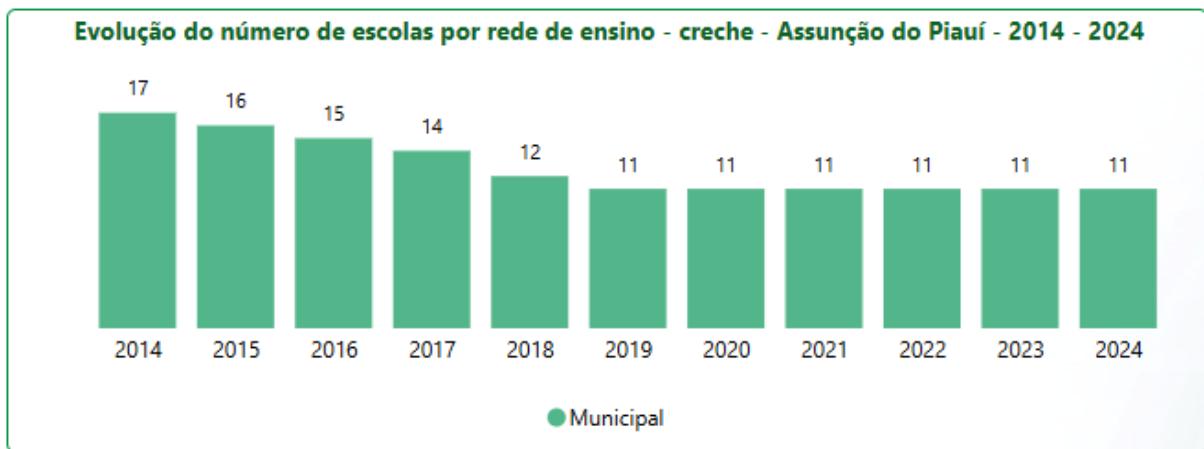
Fonte: INEP, 2025.

Por meio das figuras 25 e 26 acima, é evidente que o percentual da creche e pré-escola são os mesmos para zona rural de 91,7% com 11 instituições de ensino e 8,3% que corresponde a 1 escola levando a refletir que são as mesmas instituições de ensino e que elas atendem as crianças de 0 a 3 anos assim com as crianças de 4 e 5 anos.

3.2 Número de Instituições que ofertam creches e pré-escola no Território de Desenvolvimento de Carnaubais.

No que concerne as instituições do Território Carnaubais foi analisado no primeiro momento, o município de Assunção do Piauí. A Figura 27 exibe a evolução do número de escolas que oferecem atendimento em creche no município de Murici dos Portelas. Os dados apresentados permitem acompanhar o comportamento da oferta educacional voltada à primeira infância ao longo dos anos, evidenciando tanto avanços quanto possíveis retrocessos nas políticas públicas voltadas à educação infantil.

Figura 27- Evolução do número de escolas- creche- Assunção do Piauí

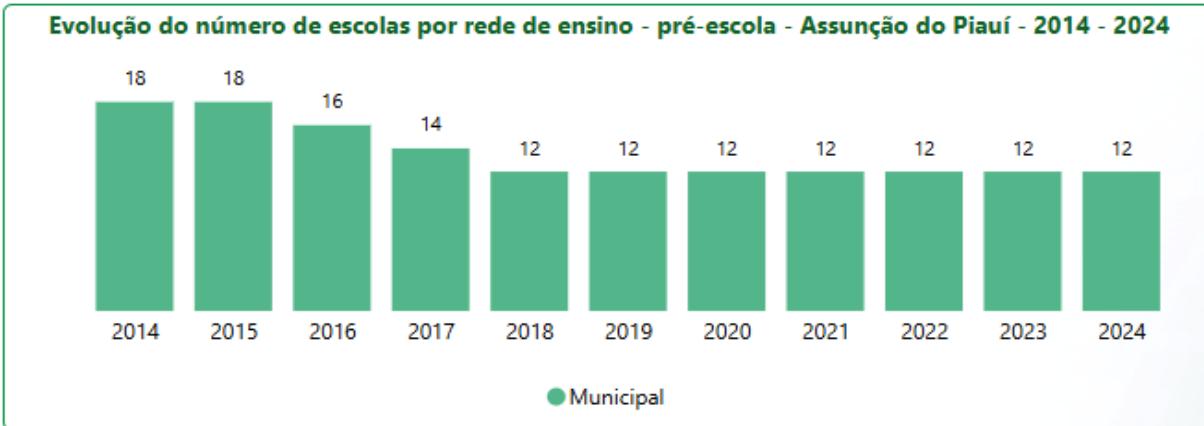


Fonte: INEP, 2025.

Conforme a figura 27, assim como nas cidades que pertencem a Planície Litorânea, existe um declínio referente às instituições que atendem a creche na localidade. O que concluiu que a evolução das escolas na cidade se deu de forma negativa, visto que baixou de forma significativa o quantitativo de escolas que fazem atendimento às crianças de 0 a 3 anos.

Portanto, a figura 27 expõe que o número de escolas da rede municipal que atenderam crianças de 0 a 3 anos em 2014 é de 17 instituições. Esse número baixa para 16 em 2015, e continua com uma queda relevante em 2019, com 11 instituições, e que segue em estado de estagnação até o ano de 2024. Essa realidade se faz refletir que a localidade não evoluiu quanto as instituições de ensino para as crianças da creche.

Figura 28- Evolução do número de escolas-Pré-escola- Assunção do Piauí

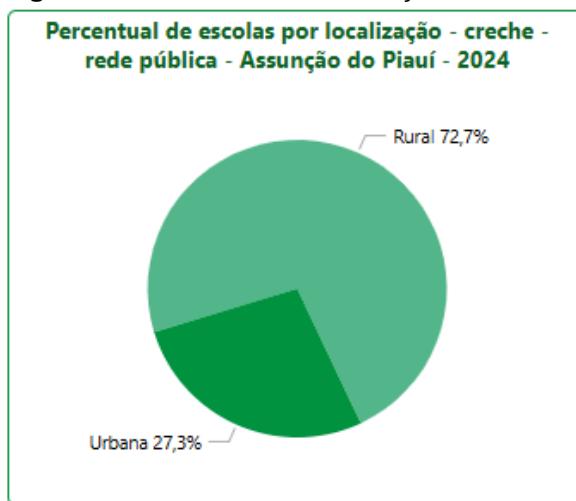


Fonte: INEP, 2025.

Uma vez que é possível observar os dados da pré-escola, verifica-se que nos anos de 2014 e 2015 houve uma estagnação no número de escola da cidade de Assunção, ou seja, os números de escolas permaneceram os mesmos. Em relação ao ano de 2019, houve uma queda acentuada para 12 instituições e permaneceu estagnada no ano 2024. É crucial ressaltar também que a cidade de Assunção não possui escolas da rede privada, apenas da rede municipal.

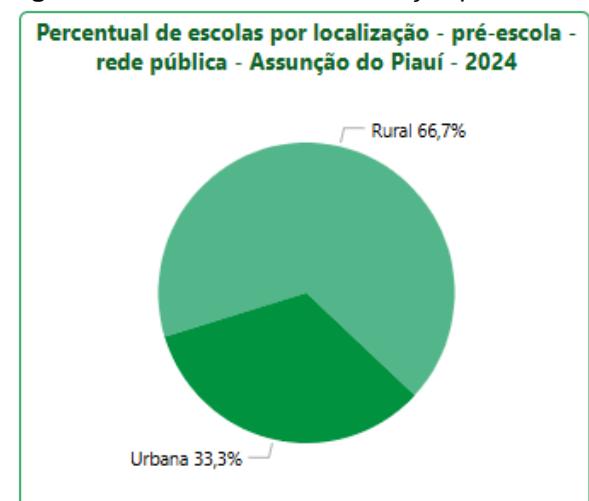
As Figuras 29 e 30 apresentam os percentuais de localização das instituições que ofertam atendimento em creche e pré-escola no município de Murici dos Portelas, destacando a distribuição geográfica dessas escolas em áreas urbanas e rurais. Essa análise permite compreender a cobertura educacional oferecida em diferentes contextos territoriais, revelando possíveis desigualdades no acesso à educação infantil.

Figura 29- Percentual de localização creche



Fonte: INEP, 2025.

Figura 30 - Percentual de localização pré-escola



Fonte: INEP, 2025.

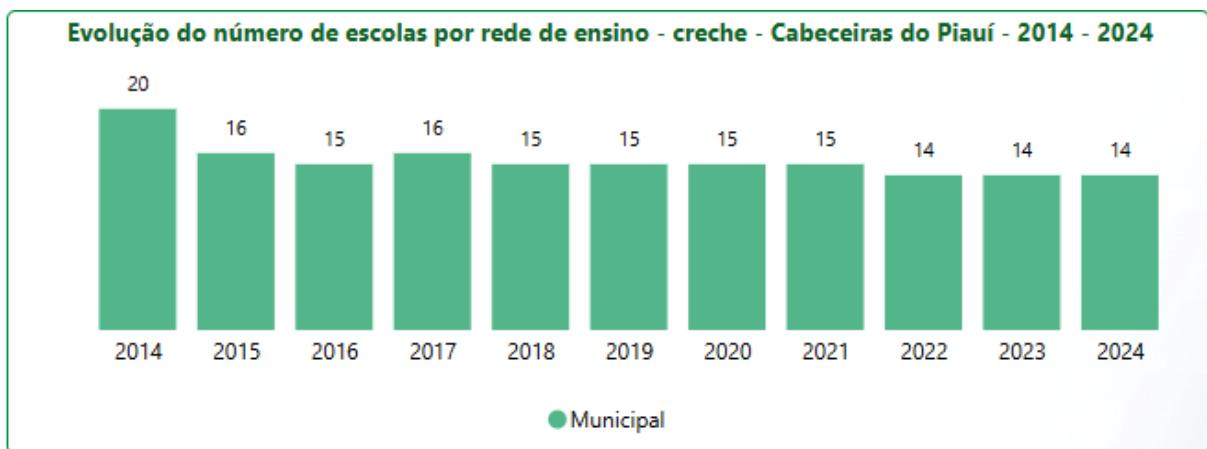
Com relação ao percentual de localização das escolas na cidade de Assunção, mostra que assim como as demais localidades analisadas, a maior incidência de escolas está na zona rural como demostra as figuras 15 e 16 acima, além do mais, a zona urbana possui menos escolas que atendem a creche e a pré-escola.

Como destaca Craiby e Kaercher (2001, p. 30), “a oferta de educação infantil no Brasil tem se caracterizado por marcantes desigualdades regionais e locais, o que compromete o princípio da equidade previsto na legislação educacional”. Dessa

forma, a análise da localização das instituições permite identificar possíveis lacunas de atendimento e reforça a necessidade de ações voltadas à ampliação e à melhor distribuição da rede escolar.

Dando continuidade à exploração de dados desta pesquisa, a Figura 31 apresenta a evolução do número de escolas que ofertam atendimento em creche no município de Cabeceiras do Piauí, permitindo observar o comportamento da expansão ou retração dessa etapa da educação infantil ao longo do tempo.

Figura 31: Evolução do número de escolas- creche- Cabeceiras do Piauí

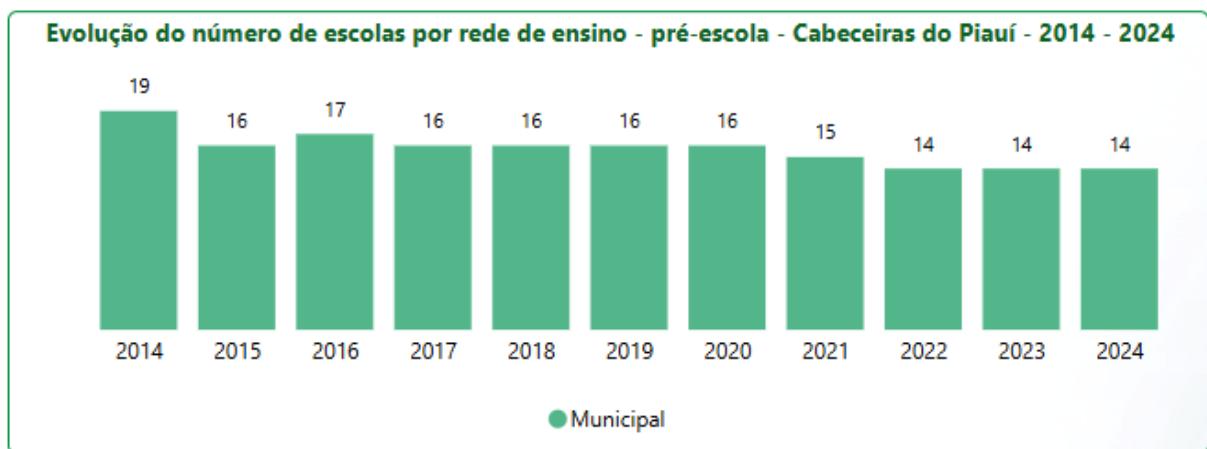


Fonte: INEP, 2025.

Como mostra a figura 31, fica evidente que a evolução dos números de escolas de Cabeceiras do Piauí sofreu um declínio como as outras localidades. Em 2014, eram 20 instituições que atendiam crianças na creche, esse número baixou para 16 em 2015, e continuou a queda para 15 em 2019. No ano de 2024, houve uma estagnação com 14 instituições para esse público de 0 a 3 anos.

A Figura 32 evidencia a evolução do número de escolas que ofertam a etapa da pré-escola no município de Cabeceiras do Piauí, permitindo a análise do atendimento educacional destinado às crianças de 4 e 5 anos ao longo dos anos observados (2014-2024).

Figura 32: Evolução do número de escolas-Pré-escola- Cabeceiras



Fonte: INEP, 2025.

A figura apresentada evidencia, mais uma vez, uma queda considerável no número de instituições que ofertam a pré-escola no município de Cabeceiras do Piauí. Em 2014, o município contava com 19 escolas, número que foi reduzido para 16 em 2015, mantendo-se estagnado até o ano de 2019. Em 2024, observa-se nova queda, com apenas 14 instituições de ensino ofertando essa etapa da educação infantil.

Essa redução gradual ao longo da década aponta para um retrocesso na ampliação do acesso à pré-escola, contrariando as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e representando um desafio para a garantia do direito à educação das crianças de 4 e 5 anos.

As Figuras 33 e 34 evidenciam a localização geográfica das escolas que oferecem atendimento nas etapas de creche e pré-escola no município de Cabeceiras do Piauí, permitindo identificar a distribuição das instituições entre as zonas urbana e rural.

Figura 33: Percentual de localização creche

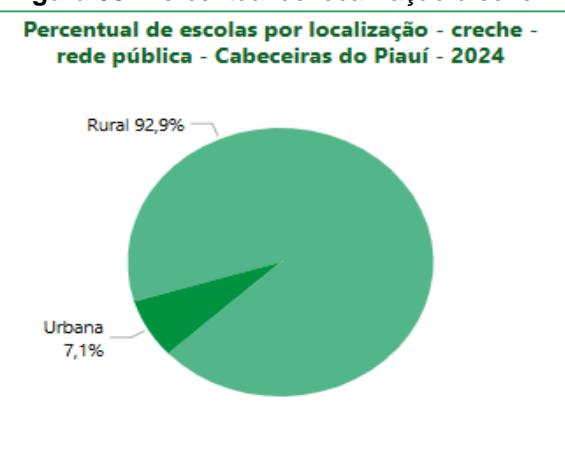
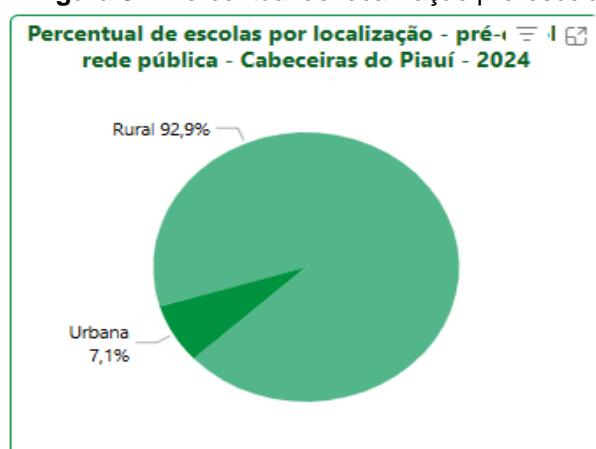


Figura 34: Percentual de localização pré-escola



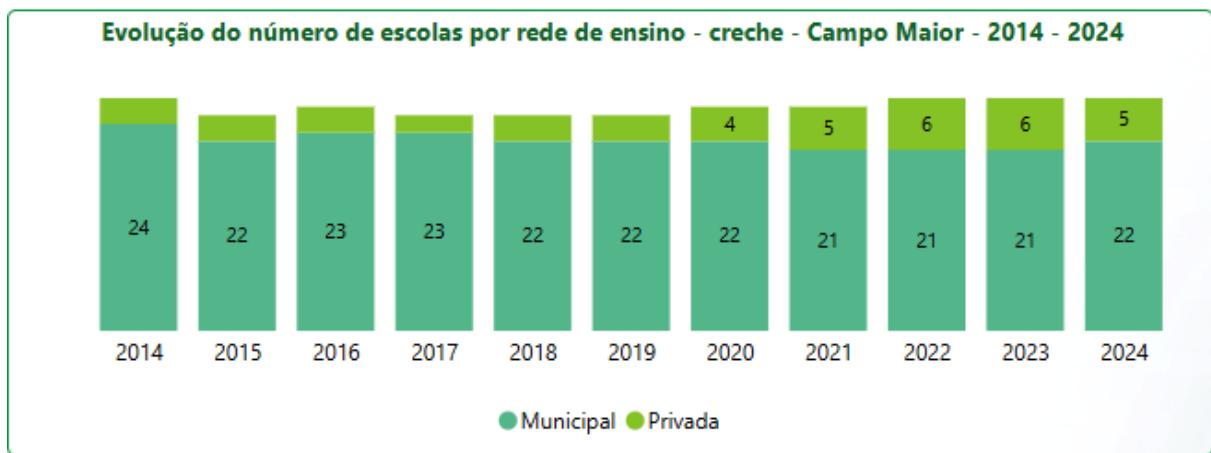
Fonte: INEP, 2025.

Fonte: INEP, 2025.

As figuras acima mostram novamente que a incidência de escolas que recebe as crianças da creche e a pré-escola na rede municipal de Cabeceira do Piauí estão concentradas na zona rural com um número bem superior ao quantitativo da zona Urbana. Nesse cenário de análise das Instituições, que recebem alunos da creche e pré-escolas na rede municipal ou privada, foi analisado abaixo o município de Campo Maior do Piauí.

A Figura 35 ilustra a evolução do número de instituições escolares que ofertam atendimento em creche no município de Campo Maior, permitindo observar o crescimento ou a redução na oferta dessa etapa da educação infantil ao longo dos anos.

Figura 35: Evolução do número de escolas- creche- Campo Maior



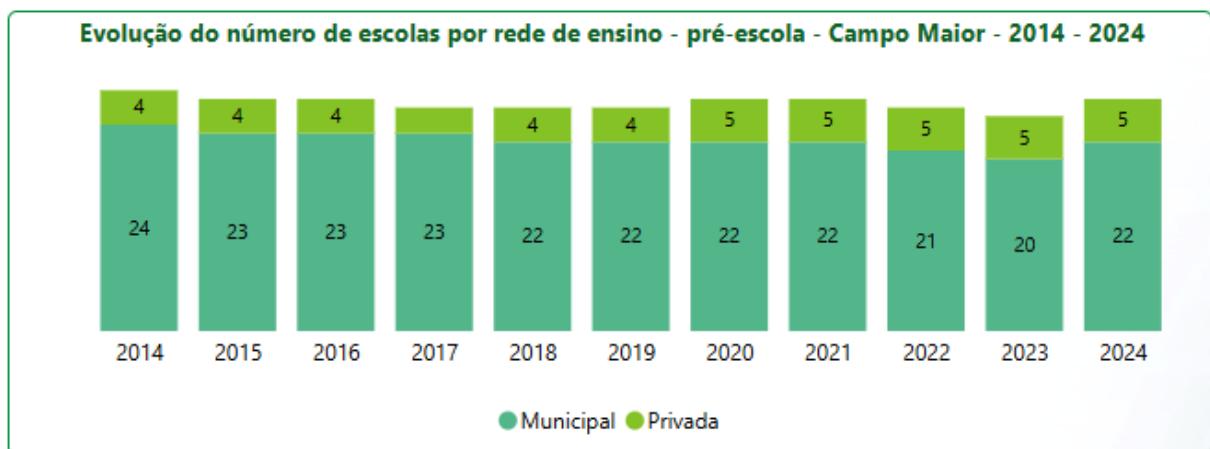
Fonte: INEP, 2025.

Por meio dos dados apresentados na Figura 35, é revelado que, em 2014, o município de Cabeceiras do Piauí contava com 24 escolas que ofereciam atendimento para crianças de 0 a 3 anos, correspondente à creche. No entanto, esse número caiu para 22 escolas em 2015, e permaneceu estagnado até 2019, sem qualquer aumento na oferta. Em 2024, a situação não apresentou evolução, mantendo o mesmo número de instituições que atendiam a esse público. A figura também revela que há uma presença significativa de escolas do setor privado na localidade, o que indica que, apesar da estagnação no número de escolas públicas, o setor privado tem um papel

importante no atendimento às crianças de 0 a 3 anos, com um número considerável de instituições na região.

Dessa forma, a Figura 36 apresenta os dados referentes à evolução do número de escolas que oferecem atendimento para crianças de 4 e 5 anos no município de Campo Maior, permitindo uma análise mais detalhada sobre as mudanças na oferta educacional ao longo dos anos.

Figura 36: Evolução do número de escolas-Pré-escola- Campo Maior



Fonte: INEP, 2025.

Com base na Figura 36, é exposto que os números referentes à pré-escola e à creche são praticamente iguais, o que leva a crer que, na região, muitas das escolas que oferecem atendimento à educação infantil atendem ambas as etapas. Ou seja, as mesmas instituições são responsáveis tanto pelo atendimento às crianças de 0 a 3 anos, na creche, quanto às crianças de 4 e 5 anos, na pré-escola. Essa constatação sugere uma possível integração das duas modalidades de ensino dentro de uma mesma escola, refletindo uma organização escolar que visa atender de forma contínua e integrada a primeira infância.

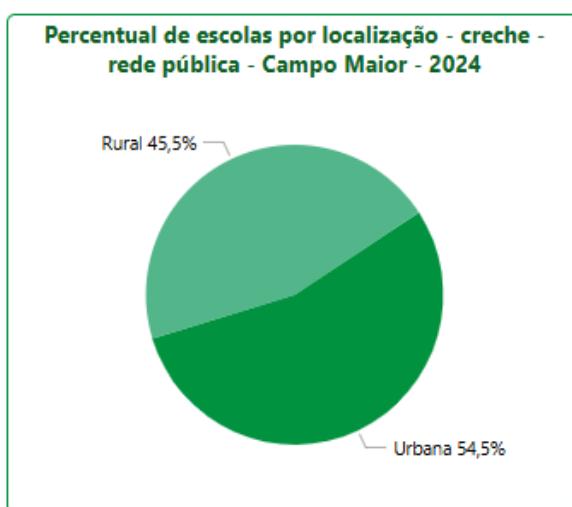
Kramer (2006, p. 35) destaca:

a organização das instituições de educação infantil deve ser pensada de forma a garantir uma continuidade pedagógica e uma proposta curricular que conte com o desenvolvimento integral da criança, desde a creche até a pré-escola, respeitando suas necessidades e potencialidades.

Essa integração pode ser vista como uma estratégia para promover uma educação infantil mais coerente e fluida, atendendo as crianças de maneira mais eficiente e contínua.

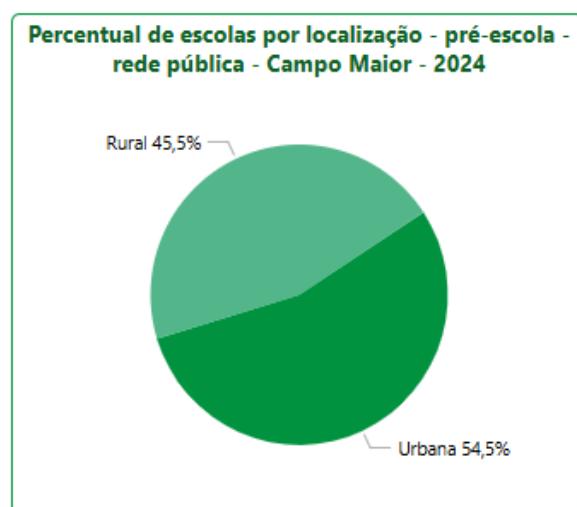
A seguir apresentado nas Figuras 37 e 38 dados percentuais de localização das escolas que oferecem atendimento nas etapas de creche e pré-escola no município de Campo Maior, permitindo uma análise detalhada sobre a distribuição dessas instituições entre as zonas urbana e rural.

Figura 37: Percentual de localização creche



Fonte: INEP, 2025

Figura 38: Percentual de localização pré-escola



Fonte: INEP, 2025.

De acordo com a localização das escolas, Campo Maior é o único município dentre os que foram alvo desta pesquisa que possui mais escolas na zona urbana do que na zona rural. É importante mencionar que a porcentagem de creches é a mesma da pré-escola, o que demonstra serem os mesmos espaços.

Dessa forma, ficou notório que o número de instituições de 2014, 2015, 2019 e 2024 teve uma queda acentuada em quase todas as localidades pesquisadas, abrindo exceção apenas para o município de Campo Maior que mostrou quase o mesmo padrão de números de escolas ao longo dos anos.

3.3 Número de matrículas da Educação Infantil dos Municípios do Território de desenvolvimento Planície Litorânea

A seguir, o quadro 1 trata dos números de matrículas nos municípios do Território de Desenvolvimento Planície Litorânea.

Quadro 1 - Números de matrículas nos municípios da planície litorânea

MUNICÍPIOS	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA Atendimento 2014		DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA Atendimento 2015		DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA Atendimento. 2019		DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA Atendimento 2024	
	Creche Pública/ Privada	Pré- escola Pública/ Privada	Creche Pública/ Privada	Pré- escola Pública/ Privada	Creche Pública/ Privada	Pré- escola Pública/ Privada	Creche Pública/ Privada	Pré- escola Pública/ Privada
Bom Princípio	71 / 0	191 / 0	77 / 0	191 / 0	77 / 0	151 / 0	68 / 0	151 / 0
Buriti dos Lopes	286 / 42	631 / 37	331 / 40	619 / 49	485 / 23	600 / 39	347 / 15	622 / 49
Murici dos Portelas	141 / 0	265 / 0	168 / 0	234 / 0	221 / 0	208 / 0	163 / 0	198 / 0

Fonte: INEP, 2025

Nesse quadro foi observado que o município de Bom Princípio, no que se refere aos números da creche, obteve uma nítida queda, pois nos anos de 2014, 2015 e 2019. O município possuía 77 alunos matriculados, já no ano de 2024 esse número caiu para 68 matrículas. O mesmo fato ocorreu com a pré-escola, que em 2014 e 2015 obteve 191 matriculados e caiu para 151 em 2019, mantendo o número estagnado em 2014. Com base nas diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), era esperado um aumento nas taxas de matrícula na pré-escola. No entanto, o que se observou foi uma queda significativa ao longo dos anos. Vale ressaltar que, na localidade em questão, não há presença de instituições privadas de ensino, o que reforça a necessidade de reflexão sobre os fatores que contribuíram para a redução dessas matrículas.

O município de Buriti dos Lopes é a comunidade com maior número de matrículas na creche e pré-escola entre os outros aqui analisados. No ano de 2014, a cidade

matriculou 286 crianças na creche. Em 2015, esse número subiu para 331, e em 2019, para 485, evidenciando uma queda no ano de 2024 com 347 matrículas apenas. É importante ressaltar que a localidade possui escolas privadas, mas o número de matriculados para essa faixa etária não teve mudanças significativas de 2014 até 2024.

No que se refere a pré-escola, os números apontaram que em 2014 alcançou 631 matrículas. Em 2015, caiu para 619, no ano de 2019, houve mais uma queda para 600 matrículas, e em 2024, ele evoluiu um pouco para 622 crianças matriculadas na pré-escola.

Analisando a cidade de Murici dos Portelas, observou-se no que se refere à creche que em 2014 o município apresentava 141 matrículas, em 2015, subiu para 168. Evoluiu para 221 no ano de 2019, havendo uma queda em 2024 para 163 matrículas. Tratando-se da pré-escola em Murici dos Portelas, ficou evidenciado nos dados que a cidade teve uma queda acentuada, pois em 2014 apresentava 265 registros. Esse dado caiu em 2015 para 234. Em 2019, o número de pré-escolas continuou baixando para 208, e no ano de 2024, chegou apenas com 198 registros de matrículas, o que mostra um declínio expressivo para a cidade.

3.4 Número de matrículas da Educação Infantil dos Municípios do Território de Desenvolvimento de Carnaubais.

O quadro a seguir apresenta a análise da taxa de matrícula nos três municípios que compõem o Território de Desenvolvimento de Carnaubais, com o objetivo de evidenciar a evolução das matrículas em creches e pré-escolas nos últimos anos. Essa análise é fundamental para compreender como os municípios vêm respondendo às metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente no que diz respeito à ampliação da oferta da educação infantil. Além disso, permite identificar avanços, retrocessos e possíveis desigualdades no atendimento educacional da primeira infância na região, contribuindo para reflexões sobre as políticas públicas locais e os desafios enfrentados para garantir o acesso e a permanência das crianças na escola desde os primeiros anos de vida.

Quadro 2: Números de matrículas nos municípios do Território de Carnaubais.

MUNICÍPIOS	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA Atendimento 2014		DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA Atendimento 2015		DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA Atendimento. 2019		DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIV A Atendimento 2024	
	Creche Pública/ Privada	Pré- escola Pública/ Privada	Creche Pública/ Privada	Pré- escola Pública/ Privada	Creche Pública/ Privada	Pré- escola Pública/ Privada	Creche Públic a/ Privad a	Pré- escola Pública / Privad a
Assunção do Piauí	145/ 0	302/ 0	95/ 0	284/ 0	203/ 0	262/ 0	212/ 0	236/ 0
Cabeceiras	157/ 0	264/ 0	158/ 0	270/ 0	166/ 0	234/ 0	174/ 0	246/ 0
Campo Maior	514/ 100	934/ 203	457/ 112	910/ 172	644/117	1.009/ 151	543/ 114	940/ 155

Fonte: INEP, 2025

Dessa forma, o primeiro município analisado no quadro 2 foi Assunção do Piauí, sendo constatado que em 2014 a taxa de matrícula da cidade estava com um registro de 145 matrículas. Em 2015, diminuiu para 95 esses registros, no ano de 2019 ele subiu novamente para 203, e em 2024 houve mais um avanço para 212. Esses dados refletem que não houve queda de matrículas na cidade, o que é um ponto positivo para o seu desenvolvimento referente a educação da população que precisa dessa oferta para seus filhos. É notório que na cidade de Assunção do Piauí não há registros de escolas privadas.

No que diz respeito a pré-escola, percebe-se uma queda acentuada do ano de 2014 com 302 registros, enquanto que desce para 285 em 2015, e segue o declínio

em 2019 com 262 matrículas, e 2024 com 236 registros matriculares na cidade. Esses dados refletem que a taxa para pré-escola diminuiu consideravelmente na cidade.

O próximo município avaliado foi Cabeceiras do Piauí, que ficou evidente que na cidade também não aparecem registros de escolas privadas; que na rede municipal em 2014 registraram 157 matrículas na creche e, em 2015, esse dado subiu para 158. No ano de 2019 aumentou para 166 matriculados e continuou evoluindo para 174 em 2024. Esses dados reforçam que houve uma evolução positiva referente a oferta de matrículas em creches. No que concerne aos registros da pré-escola na cidade foi possível averiguar que houve algumas alterações de declínio e aumento de matrículas, como pode ser observado que, no ano de 2014 os dados apontavam 264 matrículas. Em 2015, esse número aumentou para 270 e desceu para 234 em 2019, e 2024 fechou o ano com 246 registros.

O último município foco dessa pesquisa foi Campo Maior, onde os dados de matrículas na creche apontaram que em 2014 se registraram 514 matrículas. No ano de 2015, esse dado caiu para 457, já em 2019, ele aumentou consideravelmente para 644 registros e caiu novamente em 2024 para 543.

Em relação aos dados da pré-escola, observa-se que, em 2014, foram registradas 934 matrículas, número considerado elevado. No ano seguinte, 2015, houve uma leve redução para 910 matrículas. Posteriormente, em 2019, o número voltou a crescer, alcançando 1.009 registros, mas sofreu nova queda em 2024, totalizando 940 matrículas. Essa oscilação pode estar relacionada ao aumento das matrículas na rede privada, que apresentou 155 registros nesse mesmo ano. Conforme demonstrado na tabela, o setor privado teve um crescimento expressivo em 2014, com 203 matrículas, embora tenha apresentado queda nos anos subsequentes.

3.5 Apreciação do cumprimento das metas instituídas por PMEs frente ao que determina o PNE.

Para fazer o levantamento dessa pesquisa foi analisado os planos municipais de três municípios do Território de Desenvolvimento Planície Litorânea e três municípios do Território de Desenvolvimento Carnaubais. Assim, foi realizado o comparativo com o PNE para averiguar se esses locais estão seguindo o plano para

atingir a meta 1, com foco nos indicadores 1A que faz referência a pré-escola e 1B que se refere à creche.

A fim de realizar essa análise, foram utilizados os dados da fundação Abrinq, levando em consideração a taxa líquida de matrículas das cidades da creche e pré-escola. Para chegar a esse número, foi calculado o número de matrículas de crianças entre zero a três anos de idade em creche e a população correspondente à faixa etária entre zero e três anos de idade. Dessa forma, o cálculo foi realizado pela quantidade de crianças matriculadas de 0 a 5 anos (creche e pré-escola) dividido pela população da mesma faixa etária e o resultado da divisão foi multiplicado por cem.

O quadro 3 expõe os dados das taxas de matrículas líquidas em creches dos Planos Municipais que são referentes ao Território de Desenvolvimento Planície Litorânea.

Quadro 3: Taxa de matrícula líquida em creches dos PMEs da Planície litorânea

Municípios	Metas dos PMEs/ano	Atendimento 2014	Atendimento 2015	Atendimento 2019	Atendimento 2024
Bom Princípio	Lei nº052/2015. 30% até 2025	15,5%	18%	12,3 %	22,1%
Buriti dos Lopes	Lei nº498/2015. 50% até 2025	15,8%	21,1%	35,9%	30,6%
Murici dos Portelas	Lei nº 0159/2015. 50% até 2025	19,3%	22,5%	29,1%	28,2%

Fonte: Fundação Abrinq, 2025.

Na primeira coluna foi averiguado três municípios da Planície Litorânea, em seguida na segunda coluna mostra o percentual de alcance de 50% e o tempo estipulado conforme o período de 10 anos dos PMEs até 2025. Dentre os municípios verificados não houve divergência quanto ao prazo adotado. Já em relação ao texto

da meta 1, encontra-se uma diferença no município de Bom Princípio, que visa atender apenas 30% das crianças de até 3 anos ao final da validade do PME em 2025.

É importante mencionar que o art.8º, da Lei 13.005/2014, na qual estabelece que os municípios, Distrito Federal e os Estados tinham de elaborar ou ajustar os planos municipais de Educação em conformidade com as metas e estratégias do PNE. Desse modo, o município de Bom Princípio está em discordância com o que estabelecido na lei, visto que a lei prever na sua meta mínimo de 50%.

Na terceira e quarta coluna da tabela, observa-se o recorte temporal adotado pela pesquisa, que tem início em 2014. O objetivo é compreender como se encontrava o atendimento antes da implementação dos Planos Municipais de Educação (PMEs), acompanhando, posteriormente, os anos seguintes já sob a vigência desses planos, bem como analisando a distância em relação ao cumprimento das metas estabelecidas. Com base nos dados percentuais, constata-se que, em 2014, os três municípios apresentavam baixos índices de atendimento em matrículas na creche, sendo o município de Bom Princípio aquele com o menor percentual entre eles.

No ano de 2015, após a criação dos Planos Municipais de Educação (PMEs), observou-se um crescimento tímido na oferta de matrículas em creches nos três municípios analisados, ainda muito aquém da meta estipulada. Em 2019, o município de Bom Princípio apresentou um percentual preocupante de atendimento, com apenas 12,3% de cobertura, o que o mantém significativamente distante das metas estabelecidas tanto pelo PME quanto pelo Plano Nacional de Educação (PNE). Os dados referentes ao ano de 2024 continuam revelando percentuais abaixo do esperado, não apenas em Bom Princípio, mas também nas demais localidades analisadas. Conforme destaca Vieira (2021, p. 1–15), “o cumprimento das metas do PNE requer não apenas planejamento, mas também um acompanhamento contínuo que permita aos gestores identificar obstáculos e redirecionar as ações com base em evidências”.

No quadro 4 a seguir foram analisados os dados da pré-escola.

Quadro 4: Taxa de matrícula líquida em pré-escolas dos PMEs da planície litorânea

Municípios	Metas dos PMEs/ano	Atendimento 2014	Atendimento 2015	Atendimento 2019	Atendimento 2024
Bom Princípio	Lei nº052/2015. 100% até 2016	84%	84,7%	94%	94,2%
Buriti dos Lopes	Lei nº498/2015. 100% até 2016	89,2%	92,3%	92%	103,3%
Murici dos Portelas	Lei nº 0159/2015. 100% até 2016	66,1%	59,5%	61,9%	61,8%

Fonte: Fundação Abrinq, 2025.

No que concerne a pré-escola, foi analisado na segunda coluna o percentual de alcance da expansão da pré-escola e o prazo estipulado conforme os PMEs. Foi observado que em relação a pré-escola, Bom Princípio e Buriti dos Lopes obtiveram dados positivos, próximo da meta, antes mesmo da implementação do plano municipal no ano de 2014, com 84% e 89% referente ao atendimento das crianças de 4 e 5 anos. Com relação a Murici dos Portelas, em 2014 os dados apontaram 66,1% um percentual distante de atingir a meta.

Em relação aos anos de 2015 e 2019, Bom Princípio e Buriti dos Lopes continuaram próximo de atingir a meta com dados acima de 80 e 90%. Murici dos Portelas, por sua vez continuou com percentual abaixo do esperado, 59% e 61,9%, demonstrando uma queda no atendimento na pré-escola, tornando a expansão algo longe da realidade do município e do que determina a meta do PME frente ao PNE.

No que diz respeito ao ano de 2024, o município de Bom Princípio continuou próximo de alcançar a meta com 94,2%. O município de Buriti dos Lopes conseguiu passar da meta que é 100% alcançando um percentual de 103,3% e Murici dos Portelas permaneceu distante de atingir a meta com 61,8%.

Outrossim, os Quadros abaixo apresentam os dados referentes às taxas de matrícula líquida relacionadas à creche e pré-escola, conforme registrados nos Planos

Municipais de Educação (PMEs) de três municípios pertencentes ao Território de Desenvolvimento Carnaubais: Assunção do Piauí, Cabeceiras e Campo Maior.

Esses dados permitem observar o nível de atendimento às crianças de 0 a 5 anos na educação infantil, evidenciando os avanços e os desafios enfrentados pelos municípios no cumprimento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE), especialmente no que diz respeito ao Indicador 1A, que trata da ampliação do acesso às creches.

Quadro 5: Taxa de matrícula líquida em creches dos PMEs do TD de Carnaubais
Fonte: Fundação Abrinq, 2025.

Municípios	Metas PMEs/ano	Atendimento 2014	Atendimento 2015	Atendimento 2019	Atendimento 2024
Assunção do Piauí	Lei N° 135, de 17 de junho de 2015. 50% até 2025	20,4%	13,8%	29,9%	49,2%
Cabeceiras	Lei N° 05, de 05 de junho de 2015. 50% até 2025	24,3%	26,2%	25,1%	34%
Campo Maior	Lei nº 006/2015. de 24 de junho de 2015 50% até 2025	21,9%	19,8%	29,3%	28,2%

Com base na segunda coluna do quadro 5, se percebe que não houve divergência quanto ao prazo estipulado para o alcance da meta. Na segunda coluna foi observado que em 2014, antes do plano ser elaborado, os índices demonstravam que os três municípios encontravam-se com a oferta para essa faixa etária precária com um percentual de apenas 20%. No ano de 2015, com o plano constituído, esse número sofreu uma queda ainda mais preocupante nos municípios de Assunção e Cabeceiras com um percentual de 13,8% e 19,8%. O que significa que estavam muito

distantes da meta que eles próprios haviam estipulados. No ano de 2019, esses números continuaram expondo um número inquietante com 29,9%, distante de atingir a meta pretendida. Em 2024, a cidade de Assunção mostrou uma evolução positiva com uma taxa de matrículas de 49,2%, bem próximo de conseguir atingir a meta.

Quadro 6: Taxa de matrícula líquida em pré-escola dos PMEs do TD de Carnaubais

Municípios	Metas dos PMEs/ano	Atendimento 2014	Atendimento 2015	Atendimento. 2019	Atendimento 2024
Assunção do Piauí	Lei N° 135, de 17 de junho de 2015. 100% até 2016	80,1%	70,2%	65,2%	94,9%
Cabeceiras	Lei N° 05, de 05 de junho de 2015. 100% até 2016	62,9%	69,2%	63,8%	89,1%
Campo Maior	Lei nº 006/2015. de 24 de junho de 2015 100% até 2016	80,2 %	78,8%	77,3%	90,6%

Fonte: Fundação Abrinq, 2025.

No que concerne à pré-escola, foi observado que em 2014, ano antes dos planos municipais serem implementados, os municípios de Assunção do Piauí e Campo Maior já vinham apresentando bons resultados quanto aos números de matrículas para a faixa etária de 4 a 5 anos. Somente Cabeceiras mostrava dados inferiores com 62,9% de matriculados.

No ano de 2015, em que os planos municipais foram aprovados, esses números sofreram uma baixa acentuada, se distanciando da meta, como está exposto no quadro 6 acima, com dados entre 60% e 70%. Esses índices continuaram negativos no ano de 2019, com quase as mesmas porcentagens de matriculados do ano de 2015. Observa-se que mesmo a pré-escola sendo obrigatória, os municípios não estavam conseguindo atingir suas metas.

Segundo o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), a universalização da educação infantil na pré-escola para crianças de quatro a cinco anos é uma das metas prioritárias, devendo ser cumprida até 2016. No entanto, a realidade de muitos municípios mostra o desafio dessa implementação.

Foi apenas em 2024 que esses índices passaram a melhorar significativamente. Nesse ano, os três municípios mostraram avanços expressivos, aproximando-se das metas estipuladas pelos seus respectivos planos municipais, com dados de 94,9% como foi a cidade de Assunção do Piauí, 89,1 % Cabeceiras e 90,6% Campo Maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar se os municípios piauienses dos territórios de desenvolvimento dos Carnaubais e da Planície Litorânea estão ofertando matrículas em creches e pré-escolas, conforme estabelecido pela legislação vigente, especialmente o Plano Nacional de Educação (PNE). Além disso, verificar a demanda por ampliação dessa oferta e avaliar o cumprimento das metas e estratégias instituídas pelos Planos Municipais de Educação (PMEs).

Dentre os objetivos específicos, foi possível levantar e comparar os dados quantitativos sobre as instituições de educação infantil, a taxa de matrículas nas localidades estudadas e a evolução ou declínio desse atendimento ao longo dos anos. A pesquisa revelou que, embora haja avanços em alguns municípios, muitos ainda enfrentam dificuldades para universalizar o acesso à pré-escola e ampliar significativamente a oferta de vagas em creches, como preconiza o PNE.

Durante o desenvolvimento do trabalho, algumas dificuldades foram enfrentadas, como a limitação no acesso a dados atualizados e a falta de transparência em determinadas plataformas institucionais. No entanto, essas barreiras foram superadas com persistência na busca por fontes oficiais confiáveis, como o INEP, o IBGE, os PMEs e relatórios da Fundação Abrinq, o que permitiu garantir a qualidade e a veracidade das informações analisadas.

A realização desta pesquisa proporcionou um grande crescimento acadêmico e pessoal. Como estudante de Pedagogia, pude aprofundar meus conhecimentos sobre as políticas públicas educacionais, sobre a importância da Educação Infantil e os desafios enfrentados para a efetivação de direitos básicos. A pesquisa permite compreender de forma crítica e reflexiva a realidade de muitos municípios do estado piauiense e, as necessidades urgentes de atenção e investimento nessa etapa tão fundamental da educação.

Do ponto de vista social, esse estudo representa uma contribuição significativa ao levantar dados que podem subsidiar fiscalização e o engajamento social no acompanhamento das metas educacionais estabelecidas por lei. Como intenção para os próximos estudos, será essencial aprofundar ainda mais a análise da qualidade do atendimento nas instituições de educação infantil, considerando não

apenas a oferta de vagas, mas também os aspectos relacionados à infraestrutura, formação dos profissionais, práticas pedagógicas e inclusão. O que se comprehende é que a garantia do direito à educação infantil não deve se restringir ao acesso, mas também à permanência com qualidade e respeito às especificidades da infância.

Por fim, que essa pesquisa possa inspirar outras investigações e ações em prol da valorização da infância e do fortalecimento das políticas públicas educacionais no estado do Piauí e em todo o Brasil.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BASTOS, M. J. **Políticas Públicas na Educação Brasileira**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 05. Ano 02, Vol. 01. p. 253-263, julho de 2017. ISSN:2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/politicas-publicas>. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educação/políticas-publicas Acesso em: 23 maio de 2024.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2024: notas estatísticas. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/censo-escolar-2024-notas-estatisticas>. Acesso em: 24 jun. 2025.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 16 maio 2025.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, LDB. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 21 maio 2023.
- BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 junho 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2011-2014/2014/lei/l13005 . Acesso em: 19 abr. 2023.
- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.
- BRASIL. Lei N.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República. Brasília, D.F., 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069. Acesso em: 26 maio de 2024.
- BRASIL. (1988). Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRITO, C. **Políticas Públicas para Educação Infantil**: uma relação entre entes federados. Anpae. Bahia, p.15. Disponível em:

https://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT5/GT5_Comunicacao/CintiaFalcaoBrito_GT5_integral.pdf. Acesso em: 1 maio de 2024.

CRAIDY, C. B.; KAERCHER, G. E. P. **Educação infantil: muitos olhares**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CNE. (2009). Conselho Nacional de Educação. Câmara De Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil. Resolução CNE 20/2009.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS. Plano Municipal de Educação. Lei nº052/2015. Bom Princípio. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educa%C3%A7%C3%A3o/36-elaboracao-e-adequacao-dos-planos-subnacionais-de-educacao>. Acesso em: 17 ago. 2024.

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS. Plano Municipal de Educação. Lei nº498/2015. Buriti dos Lopes. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educa%C3%A7%C3%A3o/36-elaboracao-e-adequacao-dos-planos-subnacionais-de-educacao>. Acesso: Acesso em: 17 ago. 2024.

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS. Plano Municipal de Educação. Lei Municipal nº 0159/2015. Murici dos Portelas. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educa%C3%A7%C3%A3o/36-elaboracao-e-adequacao-dos-planos-subnacionais-de-educacao>. Acesso em: 17 ago. 2024.

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS. Plano Municipal de Educação. Lei Municipal nº 135/2015. Assunção do Piauí. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educa%C3%A7%C3%A3o/36-elaboracao-e-adequacao-dos-planos-subnacionais-de-educacao>. Acesso em: 17 ago. 2024.

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS. Plano Municipal de Educação. Lei Municipal nº 05/2015. Cabeceiras. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educa%C3%A7%C3%A3o/36-elaboracao-e-adequacao-dos-planos-subnacionais-de-educacao>. Acesso em: 17 ago. 2024.

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS. Plano Municipal de Educação. Lei Municipal nº 006/2015. Campo Maior. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educa%C3%A7%C3%A3o/36-elaboracao-e-adequacao-dos-planos-subnacionais-de-educacao>. Acesso em: 17 ago. 2024.

DIDONET, V. **Creche: a que veio... para onde vai** In: Em Aberto. Brasília Vol. 18, n.73, julho, p. 12-28, 2001.

FREITAS, M. C. (Org.) **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez. 1997.

FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Site institucional. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/> . Acesso em: 16 jun. 2024.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

KRAMER, S. **Educação infantil: muitas perguntas, algumas respostas**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologias científicas**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEMOS, D. P. **Creches: Realidades E Necessidades Em Um Mundo Contemporâneo**. Itinerarius Reflectionis, Jataí-GO., v. 6, n. 2, 2011. DOI: 10.5216/rir.v2i9.1090. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/20359> . Acesso em: 21 jan. 2025.

MATOS, Geraldo. Dicionário da língua portuguesa. São Paulo: FTD, 1996.

OLIVEIRA, Z. M. R. Educação Infantil: Fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2013.

PASCHOAL, J. D.; BRANDÃO, C. F. **A contribuição da legislação para a organização do trabalho pedagógico na educação infantil brasileira**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v. 15, n. 66, p. 221-233, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643710> . Acesso em: 12 dez. 2024.

PEREIRA, S. L. B.; NASCIMENTO, M. S.; RODRIGUES, J. V. S. **Compatibilização entre territórios de desenvolvimento e instâncias de gestão regionais**. Teresina: Fundação CEPRO, 2017. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/201712/CEPRO21_42341bfc90.pdf . Acesso em: 20 out. 2024.

REVISTA E&S. **A creche como um espaço além do cuidado: o impacto do desenvolvimento na primeira infância**. Disponível em: <https://revistaes.com.br> . Acesso em: 24 nov. 2024.

REVISTA APPAI EDUCAR. **O papel da creche no desenvolvimento infantil**. Disponível em: <https://appai.org.br> . Acesso em: 24 nov. 2024.

RIZZO, G. *Creche: Organização, Currículo, Montagem e Funcionamento*. Bertrand Brasil Editora, Rio de Janeiro, 2000.

SANCHES, E. C. **Creche**: realidade e ambiguidades. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003.

SIMPSON, J. (ed.) Oxford English Dictionary. 3. ed. 2017.

SMARJASSI, C.; ARZANI, J. H. **As políticas públicas e o direito à educação no Brasil**: uma perspectiva histórica. *Revista Educação Pública*, v. 21, nº 15, 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica>. Acesso em: 28 nov. 2024.

VIEIRA, Luciana de Oliveira. **Plano Nacional de Educação**: desafios e possibilidades para o cumprimento das metas. *Revista Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 26, n. 2, p. 1–15, 2021.